

Sexta-feira, 6 de Janeiro de 1978



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE JANEIRO DE 1978

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vasco da Gama Fernandes

**Secretários:** Ex.<sup>mo</sup> Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade  
Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo  
Alfredo Pinto da Silva  
José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta do expediente e da apresentação de alguns requerimentos.

O Sr. Deputado Aires Rodrigues (Indep.) apresentou um voto de protesto contra as arbitrariedades de que estão sendo alvo 600 policlínicos dos hospitais civis que se recusam a fazer o exame de especialidade que lhes foi proposto pelo Ministério dos Assuntos Sociais. Sobre o mesmo pronunciaram-se os Srs. Deputados José Jara (PCP) e Oliveira Dias (CDS), tendo a respectiva votação sido adiada para a próxima sessão a requerimento do Sr. Deputado Carlos Lage (PS).

O Sr. Deputado Acácio Barreiros (UDP) congratulou-se com o resultado do julgamento, em Beja, dos 14 antifascistas detidos em 3 de Novembro, considerando recheado de arbitrariedades o respectivo processo político.

O Sr. Deputado Joaquim Felgueiras (PCP) deu uma ideia sucinta de alguns resultados do encontro das comissões de moradores dos bairros camarários do Porto recentemente realizado.

O Sr. Deputado Fernandes Loja (PSD), a propósito da eventualidade de nova greve do Sindicato do Pessoal de Voo da Aviação Civil, com os consequentes prejuízos para o turismo das regiões autónomas, nomeadamente da Madeira, advogou a urgente reestruturação da TAP ou a cessação do monopólio estatal na exploração da empresa. No fim respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados José Luís Nunes (PS) e Aboim Inglês (PCP).

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Hermenegilda Pereira (PCP) deu conta das impressões colhidas numa visita que fez a duas empresas têxteis, uma da Covilhã e outra de Gouveia, a convite das respectivas comissões de trabalhadores, e da iminência de desemprego em que se encontram cerca de mil trabalhadores dessas empresas. No fim respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Simões de Aguiar (PSD), tendo ainda intervindo, a título de esclarecimentos ou protestos,

além do Deputado social-democrata, os Srs. Deputados Severiano Falcão (PCP) e Jorge Leite (PCP).

O Sr. Deputado Barbosa da Costa (PSD) alertou a Câmara e as entidades responsáveis para o problema da corrupção e tráfico de menores, nomeadamente através da prostituição e da droga.

O Sr. Deputado Sousa Marques (PCP) chamou a atenção para a precária situação em que se encontra a generalidade das empresas vidreiras do País, nomeadamente do concelho da Marinha Grande. No fim respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Telmo Neto (PS).

O Sr. Deputado Cunha Simões (CDS), exaltando a memória do grande democrata que foi José Relvas, sugeriu o aproveitamento do seu museu da Casa dos Patudos e da propriedade adjacente para a instalação de um centro de inventário artístico de património a nível nacional e de um centro nacional de exposições itinerantes de arte.

**Ordem do dia.** — Iniciou-se a discussão na generalidade sobre a ratificação n.º 25/1, apresentada pelo PSD, do Decreto-Lei n.º 478/77, de 15 de Novembro, que cria no Ministério da Educação e Investigação Científica a Direção-Geral de Extensão Educativa, tendo usado da palavra, em intervenções, os Srs. Deputados Pedro Roseta (PSD), que respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio (PS), Zita Seabra (PCP), que respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Margarida de Carvalho (PS), Nuno Abecassis (CDS) e Mata de Cáceres (PS), que respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Jorge Lemos (PCP), Zita Seabra (PCP), Pedro Roseta (PSD), Matos Gago (PCP) e Manuel Gusmão (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas.

**O Sr. Presidente:** — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 10 minutos.

*Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes  
Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS)**

Adelino Teixeira de Carvalho.  
Agostinho Martins do Vale.  
Alberto Augusto Martins da Silva Andrade  
Alfredo Pinto da Silva.  
Álvaro Monteiro.  
Amadeu da Silva Cruz.  
António Alberto Monteiro de Aguiar.  
António Cândido Macedo.  
António Chaves Medeiros.  
António Duarte Arnaut.  
António Jorge Moreira Portugal.  
António José Pinheiro Silva.  
António José Sanches Esteves.  
António Magalhães da Silva.  
Beatriz Almeida Cal Brandão.  
Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.  
Bento Elísio de Azevedo.  
Carlos Alberto Andrade Neves.  
Carlos Cardoso Lage.  
Carlos J. Luís Cordeiro.  
Carlos Manuel da Costa Moreira.  
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.  
Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
Dieter Dellinger.  
Etelvina Lopes de Almeida.  
Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.  
Eurico Telmo Campos.  
Fernando Abel Simões.  
Fernando Gomes Vasco.  
Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
Fernando Reis Luís.  
Florêncio Joaquim Quintas Matias.  
Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.  
Francisco do Patrocínio Martins.  
Gualter Viriato Nunes Basílio.  
Herculano Rodrigues Pires.  
Jerónimo da Silva Pereira.  
João Joaquim Gomes.  
João da Silva.  
Joaquim José Catano de Menezes.  
Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
José Ferreira Dionísio.  
José Gomes Fernandes.  
José Luís do Amaral Nunes.  
José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.  
José dos Santos Francisco Vidal.  
Ludovina das Dores Rosado.  
Luís Abilio da Conceição Caoito.  
Luís José Godinho Cid.  
Luís Patrício Rosado Gonçalves.  
Manuel Augusto de Jesus Lima.  
Manuel Barroso Proença.  
Manuel do Carmo Mendes.  
Manuel João Cristino.  
Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.  
Manuel Pereira Dias.  
Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.  
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
Maria Margarida Ramos de Carvalho.

Mário Manuel Cal Brandão.  
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.  
Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
Rui Paulo do Vale Valadares.  
Sérgio Augusto Nunes Simões.  
Teófilo Carvalho dos Santos.  
Vasco da Gama Lopes Fernandes.

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Álvaro Barroso Marques de Figueiredo.  
Amândio Anes de Azevedo.  
Amantino Marques Pereira de Lemos.  
Américo de Sequeira.  
Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
Antídio das Neves Costa.  
António Augusto Lacerda de Queiroz.  
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
António José dos Santos Moreira da Silva.  
António Júlio Simões de Aguiar.  
António Coutinho Monteiro de Freitas.  
Arcanjo Nunes Luís.  
Armando António Correia.  
Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
Carlos Alberto Coelho de Sousa.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Fernando Adriano Pinto.  
Fernando José Sequeira Roriz.  
Francisco Barbosa da Costa.  
Gabriel Ribeiro da Frada.  
Henrique Manuel de Pontes Leça.  
João Afonso Gonçalves.  
João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
João Lucílio Cacela Leitão.  
João Manuel Ferreira.  
Jorge Ferreira de Castro.  
José António Nunes Furtado Fernandes.  
José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.  
José Joaquim Lima Monteiro Andrade.  
José Júlio Carvalho Ribeiro.  
José Rui Sousa Fernandes.  
José Theodoro de Jesus da Silva.  
Júlio Maria Alves da Silva.  
Luis Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.  
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
Manuel Cunha Rodrigues.  
Manuel Henrique Pires Fontoura.  
Manuel Joaquim Moreira Moutinho.  
Manuel Sérgio Vila Lobos de Menezes.  
Manuel Valentim Pereira Vilar.  
Maria Élia Brito Câmara.  
Mário Júlio Montalvão Machado.  
Nicolau Gregório de Freitas.  
Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
Nuno Gil Pires.  
Olívio da Silva França.  
Ruben José de Almeida Martins Raposo.  
Victor Hugo Mendes dos Santos.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Alcino Cardoso.  
Alexandre Conreia Carvalho Reigoto.  
Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
Carlos Alberto Faria de Almeida.  
Carlos Martins Robalo.  
Emílio Ferrão da Costa Pinheiro.

Emílio Leitão Paulo.  
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.  
 Henrique José Cardoso Meneses Pereira de Moraes.  
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.  
 João da Silva Mendes.  
 José Cunha Simões.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Nuno Krus Abecassis.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Alvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 António Joaquim Navalha Garcia.  
 António Marques Matos Zuzarte.  
 António Marques Pedrosa.  
 Cândido de Matos Gago.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Hahnemann Saavedra de Abouim Inglês.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Joaquim S. Rocha Felgueiras.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 José Cavalheira Antunes.  
 José Manuel Paiva Jara.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Manuel Pereira Franco.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascenção Madeira Dias Ferreira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Raul Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Victor Henrique Louro de Sá.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

**União Democrática Popular (UDP)**

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

**Independentes**

Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 172 Srs. Deputados.  
 Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.  
*Eram 15 horas e 35 minutos.*

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário Alberto Andrade vai ler o expediente.

O Sr. Secretário (Alberto Andrade): — Telegrama do presidente da Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República, do seguinte teor:

Em nome Assembleia Nacional Popular e em meu nome próprio apresento V. Ex.<sup>a</sup> e por seu ilustre intermédio povo português votos felicidades Novo Ano.

*Abílio Duarte*, Presidente da Assembleia Nacional Popular.

Ofício da Câmara Municipal de Aljustrel, de 23 de Dezembro, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República, do seguinte teor:

A Assembleia Municipal e a Câmara Municipal de Aljustrel, em reunião conjunta de 21 de Dezembro de 1977, aprovaram por unanimidade a seguinte moção:

Porque a indefinição da situação financeira das autarquias impede que estas cumpram correctamente as suas atribuições e competências, não satisfazendo por isso as necessidades das populações das suas áreas, solicita-se à Assembleia da República a rápida aprovação da lei das finanças locais.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara, *António Alexandre Raposo*.

Ofício da Assembleia Municipal do Barreiro, de 27 de Dezembro, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República, do seguinte teor:

Excelência:

Junto remetemos a V. Ex.<sup>a</sup> a moção aprovada por unanimidade na sessão ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro, de 23 de Dezembro de 1977, para a qual chamamos a vossa melhor atenção.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Assembleia Municipal, *Eduardo José da Conceição Guerreirinho*.

*Texto da moção:*

1 — Considerando que a inexistência de legislação sobre finanças locais cria graves dificuldades à elaboração de um plano de actividades voltado para a satisfação das grandes carencias da população do concelho do Barreiro;

2 — Considerando que a completa institucionalização do poder local, o seu funcionamento eficaz, desburocratizado, em íntima ligação com as populações organizadas e a garantia de facto da autonomia administrativa e financeira das autarquias, libertando-as dos favores e desfavorecimentos do Governo Central, não é possível sem a publicação de uma lei democrática de finanças

locais, a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida ordinariamente em 23 de Dezembro de 1977, decide:

Manifestar a sua profunda preocupação pela inexistência de legislação sobre finanças locais;

Insistir junto dos órgãos de Poder, particularmente da Assembleia da República, no sentido de serem tomadas medidas concretas que conduzam à urgente publicação de uma lei de finanças locais que permita a satisfação efectiva das necessidades das populações e de cumprimento ao artigo 240.º da Constituição.

Ofício da Assembleia Municipal de Loures, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República, do seguinte teor:

Ex.<sup>mo</sup> Senhor:

Junto envio a V. Ex.<sup>a</sup> o texto de uma moção aprovada por maioria em sessão desta Assembleia realizada em 13 de Dezembro de 1977.

Apresento a V. Ex.<sup>a</sup> os mais respeitosos cumprimentos.

O Presidente da Assembleia Municipal, *António Fernando Meneses Rodrigues*.

*Texto da moção:*

Considerando que:

1 — Apesar do derrube do regime fascista, em 25 de Abril de 1974, os fascistas não desapareceram de Portugal, antes aparecem com furor agressivo em escandalosas manifestações de rua, como as que tiveram lugar no Porto em 5 e 19 de Novembro e a de 1 de Dezembro em Lisboa, com provocações bombistas, ataques e destruições de sedes de organizações políticas;

2 — A existência de uma imprensa fascista que beneficia de apoio do Estado, como, por exemplo, através do porte pago, constitui uma ameaça para as instituições democráticas. Os parquins fascistas, a coberto de uma tolerância inexplicável, provocam destabilização da vida do País com a intriga e a intoxicação:

A Assembleia Municipal de Loures, reunida em 12 de Dezembro de 1977, protesta energicamente contra as presentes ameaças à liberdade e democracia;

Reclama o castigo dos que têm actuado contra a ordem democrática constitucional e têm praticado não só o ilícito como actos de violência;

Solicita que se toiem as medidas necessárias

para a defesa da Constituição e para a consolidação das instituições democráticas;

Exige a dissolução dos agrupamentos de carácter fascista e a proibição das suas actividades;

Apela para que a Assembleia da República adopte a legislação adequada a uma definição inequívoca contra o fascismo e que leve à interdição das suas actividades, que visam a restauração do salazarismo e mancianismo fascistas.

Ofício da Assembleia Municipal do Concelho do Seixal, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República, do seguinte teor:

Em cumprimento do deliberado em sessão ordinária desta Assembleia, que teve lugar em 17 de Dezembro corrente, vimos com o presente enviar a V. Ex.<sup>a</sup> cópia da moção aprovada na referida sessão.

Com os nossos melhores cumprimentos e cordiais saudações democráticas.

Pela Mesa da Assembleia Municipal, *Octávio Félix Ferreira*.

*Texto da moção:*

A Assembleia Municipal do Seixal, reunida ordinariamente, em 17 de Dezembro de 1977, nos Paços do Concelho, aprovou por unanimidade a seguinte moção:

A Assembleia Municipal do Seixal, face ao momento político que o nosso país atravessa, considera seu dever manifestar a sua confiança em que a caída para a actual situação será encontrada no pleno respeito pela Constituição da República Portuguesa.

Tendo em conta tal considerando, apela para todo o povo do concelho do Seixal no sentido de que mantenha a maior serenidade e confiança na solução da crise no quadro das instituições democráticas e numa perspectiva de defesa dos interesses das camadas mais desfavorecidas da população.

*Deu-se conta de mais o seguinte expediente:*

#### Cartas

Da comissão de trabalhadores da Rodoviária Nacional de Coimbra, a remeter uma moção aprovada em reunião de 19 de Dezembro e em que exigem a imediata reintegração do Dr. Fernando Andrade Borges no lugar de director do Centro.

De um conjunto de trabalhadores da Câmara Municipal de Ponte de Lima, chamando a atenção para a situação em que ficaram os chefes de secretaria, tesoureiros e escriturários-dactilografos — foram marginalizados em relação à maioria dos trabalhadores da administração regional e local com a publicação do Decreto-Lei n.º 76/77, de 1 de Março.

Da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, a enviar fotocópia de exposição dirigida aos Srs. Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção e Secretário de Estado do

Orçamento solicitando a prorrogação do Decreto-Lei n.º 472/74.

De Armando Gaspar de Figueiredo, de Lisboa, chamando a atenção para a situação em que se encontram cerca de duas centenas de profissionais que habitam o prédio da Rua de Braamcamp, 40, que ruiu recentemente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, foram apresentados na última sessão os seguintes requerimentos: ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Ruben Raposo; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Marques Mendes; à Secretaria de Estado da Comunicação Social, formulado pelo Sr. Deputado Nandim de Carvalho; à Secretaria de Estado do Saneamento Básico, formulado pelo Sr. Deputado António Portugal.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Rodrigues, para apresentar um voto.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O voto de protesto é a proposta da situação em que se encontram neste momento cerca de 600 policlínicos formados há cinco anos. Passo a ler o voto de protesto.

Considerando que 600 policlínicos, formados como médicos há cinco anos, fizeram o internato geral, depois a periferia e que lhes estava proposto a seguir o exame de especialidade;

Considerando que o Ministério dos Assuntos Sociais estabeleceu que a única especialidade existente seria a de generalista;

Considerando que a especialidade de generalista não é conhecida dos médicos;

Considerando que, perante isto, os policlínicos se recusam a fazer o exame de especialidade, continuando no entanto a trabalhar nos hospitais civis e procurando chegar a um acordo com o Ministério dos Assuntos Sociais;

Considerando que o Ministério dos Assuntos Sociais decidiu, por decreto, despedir-lhos a todos, apresentando como justificação a recusa dos exames;

Considerando que os policlínicos em questão têm razão e que a sua reivindicação de quererem conhecer o mapa de vagas e procura, a partir dele, um entendimento com a Secretaria de Estado é justa;

Considerando ainda que o País, com a carência de médicos que todos reconhecem, não se pode permitir o luxo de marginalizar cerca de 600 médicos com um labor de cinco anos nos hospitais;

Propomos que esta Assembleia aprove um voto de protesto contra as arbitrariedades de que são arvo os policlínicos, no sentido de que as entidades competentes possam rapidamente satisfazer as pretensões justas destes médicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria apenas sublinhar que a questão que é levantada por estes médicos é a mesma questão que hoje se põe no ensino e a milhares de estudantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pensamos que as reivindicações destes médicos e a sua situação devem ser tidas em conta, pensamos que o exigem o País, as necessidades da esmagadora maioria da população trabalhadora e a necessidade de recuperar e relançar as bases de uma política que tenha em conta a prioridade da saúde e da assistência.

Por todas estas razões, pensamos que seria importante que a Câmara se pronunciasse neste sentido, para que em breve os médicos policlínicos afectados por estas disposições pudessem ver resolvido o seu caso e voltar ao serviço da população e do País.

O Sr. Presidente: — Está em discussão o voto de protesto.

O Sr. Carlos Loge (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em conformidade com a prática habitual, o Grupo Parlamentar Socialista require que a votação deste voto de protesto apresentado pelos Srs. Deputados Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira seja feita na próxima sessão do plenário da Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a votação será portanto no próximo dia.

O Sr. José Jara (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. José Jara (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos de acordo com o sentido geral do voto de protesto, visto que, inclusivamente o problema é um problema técnico de uma acuidade bastante grande, não apenas no que diz respeito aos policlínicos mas à própria política geral de saúde, mas achamos que o texto tem lacunas e incorrecções que nos merecerão depois a nossa atenção quando for discutido na próxima sessão.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — A estruturação das carreiras médicas, bem como das de outros técnicos da saúde, é um dos muitos aspectos em que a actividade do Ministério dos Assuntos Sociais me parece malo do que discutível, tanto no que se refere às medidas legislativas como naquilo que diz respeito à respectiva aplicação prática.

Assim, a situação dos policlínicos no imprevisto 4.º ano é anómala e a criação da especialidade de generalista não foi rodeada de um mínimo de cuidado e de um conjunto de disposições que a tornem útil e conveniente tanto para os médicos como para a saúde pública.

Isto não significa, porém, que, seja como for, o CDS possa associar-se a reivindicações feitas nos termos em que têm actuado alguns dos policlínicos do 4.º ano, como é do conhecimento geral.

Os termos em que o voto de protesto é apresentado pelos Srs. Deputados Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira não podem politicamente entender-se como tendo qualquer designio que não seja apoiar esse tipo

de atitudes e reivindicações, das quais discordamos. Por isso, e pela argumentação aduzida e pela ausência de qualquer quer proposta conducente à verdadeira resolução correcta dos problemas dos chamados «P4» e das carreiras médicas em geral — problemas que não ignorámos, bem como não ignorámos muitas outras insuficiências na política seguida pelo Ministério dos Assuntos Sociais —, e sobretudo por essa evidente atitude política, não poderemos dar o nosso apoio ao voto de protesto apresentado.

**O Sr. Presidente:** — Visto que ninguém mais deseja usar da palavra quanto ao voto de protesto, fica assente que a votação fica para a próxima sessão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao iniciarmos esta intervenção, não queríamos deixar passar em claro que no passado dia 3 de Janeiro passou mais um aniversário do assassinato do dirigente comunista e destacado antifascista Miltão Ribeiro, que foi assassinado a 3 de Janeiro de 1950 na Penitenciária de Lisboa.

O assunto desta intervenção é dizer, antes de mais, que o ano de 1978 começou com uma importante vitória das forças democráticas em Portugal, e em particular dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Ontem, em Beja, os 14 antifascistas que tinham sido detidos a 3 de Novembro foram libertados. É certo que o tribunal procurou esconder a derrota política das forças da direita não realizando o julgamento e libertando-os através de uma decisão de ministério do Natal de 1977 sem que se tenha provado qualquer culpabilidade nas acusações que lhes foram feitas.

O que ficou claro para o povo português e para os trabalhadores alentejanos é que é possível derrotar as forças da direita, da mesma forma que foi possível derrotá-las na ruta pela libertação do estudante Rui Gomes e na luta pela libertação dos 14 antifascistas de Beja.

Tratava-se de um processo político recheado de arbitrariedades e não queria deixar de, muito rapidamente, ler algumas passagens do manifesto distribuído pelos presos e assinado pelo Deputado Manuel da Silva Pegado, a fim de informar esta Câmara de algumas dessas arbitrariedades.

Passo a ler algumas dessas passagens:

1 O processo parte de testemunhos abstratos e suposições pessoais, à mistura com depoimentos concertados.

2 Quase todas as testemunhas de acusação são inimigos pessoais e políticos dos arguidos, sendo movidos por vinganças pessoais e mesquinhias. No entanto, os seus depoimentos abotriatos fazem meter preventivamente na prisão 14 trabalhadores estimados na sua terra.

3 Nos interrogatórios não foi dado cumprimento ao artigo 254º do Código de Processo Penal (com a redacção do Decreto-Lei n.º 185/72, de 31 de Maio), ou seja, os arguidos não foram avisados de que eram obrigados a responder às perguntas que lhes iam ser feitas.

4 Nesses mesmos interrogatórios chegou-se ao cúmulo de perguntar a alguns dos arguidos se eram do partido A ou do partido B, ao mesmo

tempo que se perguntava policialmente se conheciam o arguido C ou o D.

5 Os arguidos foram ouvidos sem a presença do defensor, obrigatório nos termos da lei penal. A questão da presença de advogado ou defensor nos interrogatórios foi uma das pedras-de-toque da luta jurídica contra os abusos da PIDE.

6 No despacho de pronúncia, assiste-se ao cúmulo de ser o próprio juiz instrutor, Agostinho de Sousa Inês, a transportar para o processo factos por conta própria, factos que as próprias testemunhas não adiantaram, enquanto transforma suposições de testemunhas em factos por ele, juiz, tidos como certos. Quer dizer: ficamos com a dúvida de saber se o juiz não será também testemunha.

E mais adiante:

11 Já em 1977, o delegado do Ministério Público em Beja tinha emitido um parecer favorável ao arquivamento do processo, uma vez que considerou os supostos direitos de natureza política e como tal abrangidos pela amnistia do Natal de 1976. Por esse facto, subiram os autos à Relação.

15 No próprio dia em que fomos presos transferiram-nos para a prisão de Monsanto, em Lisboa, a 200 km das nossas famílias e amigos, sem que a nós ou a alguém fosse dada qualquer explicação desta medida e havendo espaço de cobra na cadeia de Beja (lotação: cerca de 74 presos. Detidos na altura: 25). O silêncio das autoridades é uma prova irrefutável de que não se atreviam a apresentar publicamente qualquer desculpa, porque nem sequer desculpa havia. Esta transferência é inconstitucional, pois já é um desforramento.

18 Fomos presos no dia 3 de Novembro, sem admissão de caução. No dia 24, véspera de Natal, perante a nossa determinação em fazermos greve da fome, fomos colocados em liberdade provisória, sob caução, substituída por fiança, por quarenta e quatro horas (!). No dia 26, regressámos à cadeia. Entretanto, entregámos logo pela manhã um requerimento para sairmos em liberdade provisória. Esse requerimento é deferido, e no dia 12 seguirá (27) saímos outra vez da cadeia, com caução, de 15 contos cada um, substituída por fiança.

Vou ler agora algumas medidas de exceção neste julgamento:

«1 Quando as nossas famílias se despediam de nós e gritavam o seu protesto — estando já nós dentro do carro celular —, a Polícia de Choque, à qual se deu eufemisticamente o nome de Polícia de Intervenção, carregou selvaticamente sobre familiares e amigos. Mais de 10 feridos. Serão estas as medidas «constitucionais» que à boca pequena nos apregoam?

2 A transferência de Beja para Monsanto. Houve pressões para nem sequer passarmos pela cadeia de Beja, mas houve alguém da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciais que se opôs.

3 O Dr. Carlos Meira garantiu-nos sob palavra de honra que nos transferiria para Beja até ao

dia 10 de Dezembro. No dia 10, um despacho escrito do Ministro Almeida Santos desautoriza o seu director-geral, fixando a data da transferência entre 18 e 20. Quando uma simples transferência de uma cadeia para outra tem de ser decidida por despacho ministerial desautorizando um director-geral, o carácter político da prisão parece não deixar lugar a dúvidas.

4 No dia 10, a pretexto de sermos transferidos — o que não veio a acontecer —, cortaram-nos o banho, o recreio e as visitas (!). Contactado um dos nossos advogados, são-lhe postas dificuldades à sua entrada na cadeia, o que origina um protesto deste na Ordem dos Advogados.

5 No dia 20, à 1,30 da madrugada, vem uma ordem do Ministério da Justiça segundo a qual ou partíamos dentro de vinte minutos ou já não éramos transferidos nesse dia. Partimos, tal como no tempo da PIDE, sob ameaças e pela calada da noite, escoltados por quatro carros blindados de guerra «Shortland,» 14 carros da GNR, serviço de transmissões de rádio, com piquetes armados nas principais cidades, vilas e até cruzamentos. Ao todo, cerca de 130 guardas republicanos armados. Éramos tão perigosos e, afinal passados quatro dias pôem-nos em liberdade.

6 Presos sem admissão de caução; soltos por quarenta e quatro horas; presos outra vez por cinquenta e cinco horas; soltos finalmente, com admissão de caução.

E termina o comunicado:

Nós alertarmos todos os juristas, democratas e antifascistas de Portugal e do estrangeiro para todas estas irregularidades. Alertarmos, sobretudo, para a circunstância de um director-geral ter vindo a uma prisão tentar subornar presos convidando-os abertamente a faltar ao julgamento e afirmado que havia forças políticas atrás disto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A leitura deste manifesto, por si, mostrando as irregularidades passadas, mostra o carácter político das prisões feitas a 3 de Novembro. Numa altura em que se preparava uma grande ofensiva sobre a Reforma Agrária as forças reaccionárias quiseram falar forte e começar por uma série de prisões de lutadores — um deles destacado dirigente da delegação de Beja do Sindicato da Construção Civil —, visando intimidar os trabalhadores alentejanos. Mas depois de 3 de Novembro vieram as grandes manifestações populares iniciadas a 18 desse mês no Porto e terminadas a 28 no Alentejo. Porém, depois de 3 de Novembro, o próprio Governo acabou por cair e a determinação dos trabalhadores e a ampla solidariedade dos 14 antifascistas presos obrigou as forças reaccionárias a recuar.

A UDP não podia deixar isto no silêncio e de saudar esta primeira grande vitória, que demonstrou, ao contrário do que muitos pretendiam demonstrar, que existem hoje forças do movimento popular capazes de derrotar a ofensiva da direita reaccionária. Hoje é mais forte no Alentejo a esperança e a certeza de que pela luta os trabalhadores conseguiram recolher os frutos das grandes sementerias que semearam e no futuro, num Portugal de Abril, todo o Alentejo estará

verde com as sementerias e não, como agora, com algumas nódoas negras onde foram distribuídas as reservas ou onde os latifundiários ainda têm terras. Na luta pela liberdade, na luta por esse Portugal de Abril, uma grande vitória em Beja, uma grande vitória do povo alentejano que a UDP não podia aqui deixar de saudar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Felgueiras, para uma intervenção.

O Sr. Joaquim Felgueiras (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Realizou-se ainda recentemente no Porto um encontro de comissões de moradores dos bairros camarários daquela cidade.

O tempo que desde então decorreu em nada diminuiu a gravidade dos problemas que afectam os moradores daqueles bairros nem tirou actualidade às suas conclusões, que traduzem preocupações muito sérias dos seus habitantes.

O encontro pôs em evidência mais uma vez a importância e a necessidade da participação das massas populares, organizadas, na definição e resolução dos problemas locais, designadamente através das suas organizações unitárias de base.

O encontro das comissões de moradores dos bairros camarários do Porto teve a participação de 12 comissões de moradores das 18 existentes nos 26 bairros camarários da cidade.

A discussão colectiva dos problemas deste importante sector habitacional e a procura da sua solução reflectiram as dificuldades e as carências que afectam mais de 50 000 moradores, nas suas condições de habitação, na cultura, recreio e desporto, nos aspectos sociais dos seus bairros, nas relações das comissões de moradores com as autarquias e na própria organização das comissões de moradores.

Quanto às condições de habitação, concluiu-se e propôs-se que a atribuição das casas devolutas só seja realizada com a participação das comissões de moradores e junta de freguesia da área dos moradores interessados; defendeu-se que idêntica participação se verificasse em relação a qualquer aumento de rendas.

Por outro lado, tratando-se de bairros antigos, construídos para uma duração de quinze a vinte anos que hoje arrastam pesados encargos de conservação, realçou-se que nada deverá obrigar o morador a optar pela sua compra, devendo antes poder escolher a situação que mais lhe convier.

Discutiu-se também a possibilidade de os moradores accordarem a permuta da casa em que vivem, quer dentro do próprio bairro quer para outros bairros com conhecimento prévio da junta de freguesia e da Câmara Municipal.

Constatou-se que a maioria dos bairros foram construídos com materiais de péssima qualidade, que em muitos casos já ultrapassaram a duração que lhes foi atribuída e que todos os bairros (mesmo os mais novos) precisam de obras de conservação interior e exterior. Desta situação resultam más (e em muitos casos degradantes) condições de habitação.

— Aqui dá-se o insólito: a Câmara limita-se a atribuir verbas para esta conservação, mas não as movimenta,

transferindo-as de ano para ano. Entretanto as casas dos bairros vão caindo aos bocados. As comissões de moradores, reunidas no encontro, exigem que a Câmara realize as obras indispensáveis à conservação e beneficiação, dando aos bairros condições de habitabilidade suficientes e acabando para sempre com o marasmo a que o assunto tem vindo a ser votado.

Reclamaram ainda as comissões de moradores presentes no encontro a aprovação de um regulamento, com a participação de todos os interessados, que estabeleça os direitos dos moradores dos bairros camarários do Porto, na perspectiva de uma eficiente defesa dos seus interesses colectivos.

Os aspectos sanitários dos bairros não deixaram de ser focados.

Mereceram referência especial as condições do saneamento e da limpeza. Quanto ao saneamento, correspondendo às funestas consequências da falta de conservação já referida, mantém-se em mau estado, a maioria das vezes entupido, a pedir substituição das canalizações e outros acessórios, extravazando as imundícies para as ruas, sem qualquer respeito pela saúde das populações e especialmente das crianças, que não tendo, por vezes, outros locais para as suas brincadeiras só o podem fazer nas ruas contaminadas por detritos.

Quanto à limpeza, a situação é ainda mais grave. Por isso, os moradores exigiram energicamente a eliminação das lixeiras existentes nos bairros e a reparação ou substituição de todos os recipientes para lixo, que se encontram em péssimo estado de conservação.

No capítulo da cultura, recreio e desporto, o encontro pôs em evidência as enormes carências existentes e reivindicou as acções necessárias, da parte das entidades públicas, para o cumprimento integral no artigo 73.º da Constituição. Mas, ao mesmo tempo, as comissões de moradores aprovaram um programa de realizações concretas, criando secções específicas por sectores de actividade.

Um dos pontos mais salientes dos trabalhos realizados foi, no entanto, o dedicado aos problemas sociais dos bairros.

Da análise feita pode concluir-se que ainda hoje só 12 dos 26 bairros camarários têm centros sociais em funcionamento; só cinco têm creches; só nove contam com infantário; só quatro têm organizações que se ocupam dos tempos livres dos seus habitantes; e quanto a centros para atender aos problemas da terceira idade, reparem bem, só existe um.

Esta situação preocupante mereceu dos participantes do encontro uma denúncia muito séria. Revelaram, por exemplo, o facto de a Câmara Municipal do Porto retirar para outros objectivos as verbas atribuídas pela comissão de equipamentos colectivos para a construção de infantários nos bairros e exigiram que essas verbas fossem aplicadas aos fins inicialmente previstos.

Mas os participantes do encontro, como representantes de organizações iminentemente populares salientaram também a necessidade de medidas contra o aumento constante do custo de vida, contra o acharcamento e especulação, contra os intermediários parasitas.

Os representantes presentes no encontro salientaram ainda a existência nas autarquias locais de alguns homens interessados na resolução dos muitos problemas que atingem as populações. Acentuaram também a necessidade de uma colaboração íntima com as autarquias locais, respeitando totalmente a autonomia de cada tipo de estrutura. Reconheceram a impossibilidade de as autarquias responderem, para já, cabalmente a todos os problemas, quer por falta de meios técnicos quer por falta de meios financeiros e consideraram que essa resposta só poderá ser completa com a participação activa e organizada dos moradores.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Acabo de dar uma ideia sucinta de alguns resultados do encontro das comissões de moradores dos bairros camarários do Porto. Por formação, convicção e representação estamos do lado dos que lutam pelo pleno funcionamento das autarquias locais e organizações populares de base, em ordem à resolução dos problemas e anseios das populações. A importância dessa actividade não se esgota na resolução dos problemas e carências locais. O seu êxito contribui também para a elevação da consciência cívica e política das populações, para alargar e reforçar a base social das forças patrióticas que se opõem ao regresso ao passado, para a defesa da liberdade e da democracia, no quadro definido pela Constituição da República.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Esteves.

**O Sr. António Esteves (PS):** — Prescindo, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalves Sapinho.

**O Sr. Gonçalves Sapinho (PSD):** — Sr. Presidente, pretendia trocar com o meu colega o Sr. Deputado Fernandes Loja.

**O Sr. Presidente:** — Com certeza, Sr. Deputado.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Fernandes Loja.

**O Sr. Fernandes Loja (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os jornais de hoje anunciam a possibilidade de o Sindicato do Pessoal de Voo da Aviação Civil iniciar amanhã uma nova greve, que paralisará inevitavelmente os serviços de passageiros da companhia monopolista dos Transportes Aéreos Portugueses.

Após dois desastres aéreos ainda muito vivos na memória de todos e em seguida a uma greve que no turismo da Madeira teve consequências económicas mais desastrosas que aqueles, estamos na iminência de uma nova paralisação cujos resultados não poderão deixar de ser catastróficos para a economia da Região «Autónoma». Os cancelamentos verificados no sector hoteleiro no período decorrido desde o início da greve dos pilotos foram da ordem dos 3000; os prejuízos directos e indirectos de natureza imediata atingem valores computados em cerca de

100 000 contos. Os prejuízos de natureza não imediata só serão evidentemente calculáveis a médio e longo prazos, uma vez que é ainda impossível analisar com precisão as repercussões que todas as irregularidades verificadas nos transportes aéreos virão a ter no interesse que turistas e agentes de viagem manifestem pela Região como zona turística; em qualquer caso, é fácil prever que as repercussões serão negativas, sobretudo se se considerarem as informações já recolhidas na Madeira de operadores estrangeiros, abertos certamente a uma cooperação regular com uma companhia idónea, mas não obviamente dispostos a correr os riscos que resultam de trabalharem com uma companhia que, naturalmente, só subsiste porque é subsidiada.

Cremos ter chegado o momento de se esclarecer de uma vez para sempre este problema das relações entre a companhia monopolista e o País que por ela é aparentemente servido. Mais grave é, evidentemente, o problema para a Região «Autónoma» da Madeira, sujeita a um monopólio que em qualquer caso considera indesejável e que se torna inaceitável por estar a beneficiar despudoradamente uma empresa que, nas suas relações com o arquipélago (e creio poder alargar esta consideração aos Açores) não demonstra ter um mínimo sentido de responsabilidades que a credencie junto do público.

O caos inicia-se nos serviços de planeamento da empresa, que enviam aviões por engano ao Luxemburgo e a Los Angeles só porque confundiram os nomes Junho e Julho. Os serviços de promoção imprimem e distribuem um prospecto do Algarve com fotografias da Madeira, também por engano. O abstencionismo, nalguns sectores da companhia, atingiu já os 15% e há funcionários que se recusam a desempenhar as funções que lhes estão adstritas. Isto o que o público não vê, mas que inevitavelmente sente.

O contacto com o público é frequentemente desastroso e aqui deve mencionar-se como exemplo de má qualidade o que se passa no Aeroporto de Lisboa. Desde funcionários que frequentemente falam uns com os outros enquanto os passageiros esperam pacientemente em bichas infinitas, até aos computadores que frequentemente não têm energia, provocando paralisações na recepção de bagagens e entrega de cartões de embarque, tudo acontece nos balcões de recepção. Dos diálogos entre funcionárias ficam os passageiros a saber que o melhor local para comprar casacos de antílope é no *tax-free shop* de Zurique ou de Paris, e a um emigrante que recebeu um talão para pagamento de um jantar no restaurante e perguntou onde este ficava, foi-lhe dado um itinerário complicado que terminava com a informação «gentil» de que «quando lhe cheirar a comer, aí é o restaurante».

É necessário que esta Câmara saiba ter uma confirmação no bilhete não dá direito a viajar, pela simples razão de que a TAP pratica com razoável intensidade a técnica do *overbooking*. Por outro lado, depois de se anunciar que os aviões estão cheios, os passageiros que conseguem embarcar descobrem cheios de espanto que os aviões têm dezenas de lugares vazios. A companhia paga desnecessariamente refeições aos passageiros que esperam algu-

mas horas, quando não estão em hóteis aos que esperam dias. Entretanto, os passageiros chegam atrasados aos locais de destino com prejuízos pelos quais a TAP não se responsabiliza; perdem as ligações que tinham para outras linhas quando se destinam a aeroportos para os quais a empresa não faz voos.

A má qualidade dos serviços não termina aqui. Os passageiros esperam horas sem que se lhes dê quaisquer explicações e estas, quando surgem, são frequentemente falsas. Espera-se, sem qualquer satisfação, uma hora dentro do avião para verificar que apenas se aguarda a vinda tardia do carro que transporta as eleições. Melhor seria não esperar, porque as refeições fornecidas pela companhia são frequentemente motivo de troça e pretexto para anedota. Finalmente quando se chega ao aeroporto de destino as malas vieram noutro avião ou seguiram outro rumo; espera-se algumas horas se há sorte, alguns dias se não há. Entretanto, a TAP paga indemnizações. Nada disto parece preocupar a companhia, uma vez que o Estado, generosamente, cobre os défices através da confecção de avales que provavelmente nunca serão honrados.

Como garantir a uma região, que em termos práticos não tem outras ligações, que os transportes aéreos terão credibilidade e eficiência? Como assegurar às populações o seu acesso ao continente, aos Açores e ao estrangeiro, sem as deixar dependentes de um monopólio que beneficia das vantagens sem querer aceitar as inerentes responsabilidades? Como, finalmente, pensar com seriedade em turismo, fonte de trabalho de milhares de pessoas, com uma empresa que dá permanentemente no estrangeiro uma imagem sempre negativa da sua capacidade?

Tudo isto se passa com uma empresa que tem excesso de pessoal e que, por essa mesma circunstância deveria funcionar melhor que as outras. Mas que, paradoxalmente, funciona pior. Uma companhia onde, apesar desse excesso de pessoal, se verifica um fenómeno designado pelo jornal dos trabalhadores como «a caça às horas extraordinárias». A negligência é só de uma minoria de trabalhadores, mas no conceito nacional afecta infelizmente todos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Num estudo feito para a British Airways pela empresa especializada americana Taassig Associates diz-se, a propósito dos erros comerciais daquela companhia inglesa, que «há indicações de que o aumento de receitas tem sido considerado como solução para todos os problemas e que a atenção dada aos custos tem sido um pouco casual». A TAP repete os mesmos erros e há indicações, de novo preocupantes para a Madeira, de que a empresa planeja elevar as tarifas entre o continente e as ilhas, abusando da sua situação exclusivista e tentando, talvez à custa das regiões autónomas, equilibrar o seu orçamento.

É necessário que aqui se diga claramente que, enquanto não forem reestruturados todos os serviços da empresa e esta adquira um nível de responsabilização que a torne aceitável aos olhos dos Madeirenses, tal aumento de tarifas não poderá acontecer.

Recordo os termos de um comunicado do Governo Regional dos Açores no início de 1977: «É preciso que se diga de uma vez por todas se a TAP está ou não em condições de assegurar um serviço eficiente nos Açores. Se tal não se verificar, será necessário abolir com urgência o monopólio da TAP nas ligações Açores/continente e nas ligações, via Lajes, para a América.»

Não sei qual é a posição actual do Governo Regional da Madeira em relação a este problema, mas ela não poderá deixar de ser idêntica e, sobretudo, não poderá deixar de reflectir o pensar das populações sobre a matéria em causa. Neste momento a TAP é uma companhia que não merece credibilidade apesar de sabermos do esforço da maioria dos seus trabalhadores para alcançar essa credibilidade. Há porém o risco de que, se tal não for conseguido, aumente o número dos que consideram que o monopólio deve terminar, pelo menos nas regiões autónomas.

As culpas da actual situação só podem ser imputadas a irresponsáveis gestões anteriores e aos reflexos ainda não sanados dessa irresponsabilidade.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Há dois Deputados inscritos para pedidos de esclarecimento.

Primeiramente tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes e depois o Sr. Deputado Aboim Inglês para esse efeito.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — A pergunta que eu desejava fazer ao Sr. Deputado Fernandes Loja relaciona-se com o seguinte ponto: considera o Sr. Deputado que a falta de confiança (*sic*) que o Sr. Deputado imputa à TAP se deve ao facto de esta companhia manter o monopólio dos transportes para as regiões autónomas ou que isso se deve a possíveis deficiências de organização que o Sr. Deputado não caracterizou? E no caso de pensar que esse facto se deve a deficiências de organização, gostaria de lhe perguntar se preconiza um melhoramento dessa organização ou o fim do monopólio.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Fernandes Loja prefere responder já ou aguarda que o Sr. Deputado Aboim Inglês lhe faça também os pedidos de esclarecimento que tem para fazer?

O Sr. Fernandes Loja (PSD): — Preferia responder já, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Fernandes Loja (PSD): — Sr. Deputado José Luís Nunes, a propósito da deficiência não caracterizada da desorganização, eu peço desculpa de insistir, mas é que realmente ela está caracterizada em alguns pontos. Simplesmente, e como é óbvio, numa intervenção limitada não se pode caracterizá-la totalmente — aliás isso é uma coisa que, a meu ver, pertence a especialistas fazer.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Posso interromper, Sr. Deputado?

O Orador: — Certamente.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Deputado, relativamente a essa sua última afirmação, eu desejava, não protestar, porque penso que não devemos protestar contra as opiniões de cada um, mas sublinhar o seguinte: é que nós não podemos fazer acusações e depois defendermos dizendo que a definição concreta das coisas pertence a especialistas.

O Orador: — O Sr. Deputado José Luís Nunes, desculpe-me, mas eu não falei em definição concreta das coisas, mas na definição ampliada e detalhada delas.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — É precisamente a mesma coisa, Sr. Deputado!

O Orador: — Há aqui algumas acusações claras a determinados serviços, mormente aos serviços de planeamento. Não tenho culpa de que o Sr. Deputado não tivesse ouvido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Eu ouvi, Sr. Deputado, ouvi tudo.

O Orador: — Não sei se devia ler-lhe novamente a parte da minha intervenção que diz respeito a esta questão, ou se devia pôr, posteriormente, o texto à sua disposição para que possa verificar a exactidão ou inexactidão das suas declarações.

Sr. Deputado, eu falei aqui mais exactamente em serviços de planeamento que mandam aviões, por engano, para destinos no outro lado do mundo; falei em serviços de promoção que se enganam ao imprimir prospectos de propaganda; falei no abstencionismo de determinados sectores do pessoal, que atinge os 15%; fácil no contacto com o público, do qual talvez até o Sr. Deputado já tenha tido alguma experiência; falei nos serviços de bagagem que fazem desaparecer malas que só aparecem dias depois; falei nas faltas de cuidados que alguns funcionários — insisto, apenas alguns — têm no seu contacto com o público, na falta daquela elementar correcção que qualquer trabalhador de uma empresa tem de ter com o público que se serve dela. Creio que não poderei dizer-lhe mais do que isto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Eu peço desculpa de o interromper, mas, como penso que este assunto tem a sua importância, desejava fazer-lhe ainda uma pergunta.

O Sr. Deputado Fernandes Loja, quando referiu todos esses factos, não incluiu a greve hoje verifi-

cada, a chamada greve dos pilotos de linha, que terminou há pouco tempo. Sem me pronunciar sobre o fundo dessa greve, gostaria de lhe perguntar se este facto lhe merece algum comentário.

**O Orador:** — Sr. Deputado José Luís Nunes, eu devo dizer-lhe que neste texto foi também incluída a greve dos pilotos de linha. Mais uma vez lhe digo que não tenho culpa que o Sr. Deputado não tenha ouvido.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Eu ouvi, Sr. Deputado!

**O Orador:** — Está logo no início da minha intervenção.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Sr. Deputado, eu ouvi a sua referência à greve dos pilotos de linha. Eu ouvi a sua intervenção desde o início. Agora o que eu não ouvi é que o Sr. Deputado situasse essa greve e dissesse quais as suas causas e os seus efeitos.

No entanto quero dizer-lhe que lhe agradeço muito sinceramente a possibilidade que o Sr. Deputado me dá de dialogar consigo sobre este assunto e de trocar impressões sobre este problema. O que eu penso é que este assunto é demasiado importante para pura e simplesmente, apontando como causas essenciais alguns problemas de malas, que eu já tive nesta como noutras companhias, e deficiente tratamento do pessoal — quanto a este ponto, devo dizer que nunca tive nenhum sarilho com nenhum pessoal da TAP, mas como falo apenas da minha experiência pessoal admito perfeitamente que haja pessoas que tivessem tido problemas —, se parta para uma declaração do tipo de «pôr fim ao monopólio».

Se o Sr. Deputado tivesse concluído com uma frase do tipo «pela necessidade de melhorar os serviços da TAP», teria o meu aplauso.

**O Orador:** — Se o Sr. Deputado me permitir, eu também o posso esclarecer nesse campo.

Há aqui um parágrafo na fase final da minha intervenção que diz o seguinte: «Neste momento a TAP é uma companhia que não merece credibilidade, apesar de sabermos do esforço da maioria dos seus trabalhadores para alcançar essa credibilidade. Há porém o risco de que, se tal não for conseguido, aumente o número dos que consideram que o monopólio deve terminar.»

Portanto, eu queria-me referir ao facto de existir esse risco. Eu não achei aconselhável o terminar do monopólio, nem sequer o achei desejável. Talvez o seja, mas penso que só depois de se ver se a companhia tem ou não capacidade para se reestruturar.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Sr. Deputado Fernandes Loja, tanto eu como V. Ex.<sup>a</sup> desempenhamos um mandato que funda a sua legitimidade no voto popular, e a pergunta que eu desejava fazer é a seguinte: pensa V. Ex.<sup>a</sup> que a solução para resolver as carências que apontou em relação à TAP e a falta de credibilidade se resume no fim do monopólio ou no melhoramento dos serviços tal como estão?

É este o ponto de política essencial que é preciso

aqui discutir. Se se põe a solução relativamente ao fim do monopólio, esta é uma posição respeitável como todas as outras, mas que implica um ponto de vista com o qual nós não estamos de acordo. Se se põe a solução referente ao melhoramento dos serviços, então trata-se de um alerta, e eu penso que os serviços da TAP, assim como todos os serviços de qualquer companhia ou serviço público, podem ser melhorados.

**O Orador:** — Sr. Deputado José Luís Nunes, em relação ao monopólio, eu tenho a opinião de que ele só deve terminar como último recurso, mas penso que antes disso devem ser esgotados todos os meios para que a companhia melhore os seus serviços.

Esta resposta é satisfatória para si ou não? É esclarecedora?

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Não, Sr. Deputado, não é.

**O Orador:** — Então lamento, Sr. Deputado. Mais do que isto não consigo fazer.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Mas, Sr. Deputado, já que me interpelou, e se me autorizasse, eu gostava de esclarecer porque é que para mim a sua resposta não é satisfatória.

**O Orador:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — A sua resposta não é satisfatória para mim porque o fim do monopólio é uma perspectiva de ordem política, é a introdução, dentro do esquema de transportes, de uma economia concorrencial, é, de certa forma, a modificação de um estado de coisas que até ao momento e, de certa maneira, tem dado completa satisfação. E o que eu penso é que em relação às empresas que mantêm o monopólio estatal, a concorrência com o sector privado não é de per si condição para o seu melhoramento.

Eu penso que em relação a estas empresas a Assembleia da República, o Governo e os órgãos competentes devem promover os melhoramentos dos seus serviços.

Eu penso que — e este é o aspecto essencial desta questão — nós não podemos sub-repticiamente, a partir de insuficiências que nos são dadas, encanchar a porta para a abertura em Portugal de companhias paralelas de aviação civil.

**O Sr. Gualter Basílio (PS):** — Muito bem!

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Diz-se no nosso país que não devemos estragar aquilo que existe e que foi bem organizado. A TAP é uma companhia que existe e que foi bem organizada: ao nível da segurança de voo, a companhia TAP sempre tem dado mostras da capacidade de seleção dos seus pilotos e seus comandantes; ao nível do pessoal, ele é, de um modo geral, atencioso, pelo menos para aqueles que não confundem atenção com servilismo, pois que a atenção é uma coisa e o servilismo é outra muito

diferente; ao nível da organização das infra-estruturas, isso não compete propriamente à TAP.

Mas a minha intervenção, as interrupções e os pedidos de esclarecimento que fiz, Sr. Deputado, baseavam-se num facto que eu não tive ocasião de sublinhar, mas que vou sublinhar agora. É V. Ex.<sup>a</sup> Deputado pela Região Autónoma da Madeira; na Região Autónoma da Madeira houve dois acidentes de aviação recentes, um com um *Boeing* da TAP, cujas causas estão ainda por determinar, outro com uma companhia *charter* suíça, que na minha maneira de ver, e ainda não tendo sido feito o devido inquérito, não podem ser imputados nem às infra-estruturas da Madeira nem ao pessoal da TAP.

Em volta destes dois acidentes fez-se alguns órgãos de informação internacionais e num órgão nacional uma campanha pedindo o boicote do turismo da Madeira. E não deixa de ser singularmente estranho que um Deputado pela Região Autónoma da Madeira faça uma intervenção que, de certa maneira, se pode confundir, mesmo contra as suas próprias intenções, com esta campanha ilegítima de boicote.

**O Orador:** — Sr. Deputado José Luís Nunes, eu lamento que essas confusões existam na sua cabeça.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em qualquer dos casos — espero que para encerrar este diálogo — devo dizer-lhe o seguinte: há uma ilha frequentemente isolada por incompetência manifesta de uma companhia. Isso é um facto indiscutível.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Se essa companhia é capaz de se reestruturar, então que se mantenha em funcionamento, se não é capaz de o fazer, então que termine o monopólio.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Deputado diz que para si o monopólio é uma questão política, eu admito essa sua posição e admito até que o seja, mas devo dizer-lhe que para a Madeira ela é sobretudo uma questão de sobrevivência económica. E com isto termino.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Finalmente, tem a palavra o Sr. Deputado Aboim Inglês para fazer pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Aboim Inglês (PCP):** — O Sr. Deputado Fernandes Loja traçou aqui um panorama, digamos melhor um pseudopanorama, do estado caótico da TAP, muito prolixo em promenores mais ou menos ridículos, mais ou menos ocasionais, mais ou menos perfumatórios e marginais e também mais ou menos fundamentados, para depois generalizar sem fundamento a situação da TAP.

Este panorama é interessante, é discutível, o que não vou fazer neste momento. No entanto, o que é

notável é que esta intervenção não só não aponta causas como também não aponta soluções. É precisamente por estas razões que eu desejava perguntar ao Sr. Deputado Fernandes Loja quais são as soluções que o PSD apresenta para melhorar os serviços da TAP. Queria também perguntar-lhe se, por acaso, a falta de soluções não é, por omissão, a defesa da campanha contra a credibilidade e pró-desnacionalização da TAP ou a abertura da concorrência privada a esta companhia.

**Vozes do PCP:** — Apoiado!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernandes Loja para responder, se assim o entender.

**O Sr. Fernandes Loja (PSD):** — Sr. Deputado Aboim Inglês, eu julguei que esse era um assunto já suficientemente esclarecido pelas respostas que dei ao Sr. Deputado José Luís Nunes.

**Vozes do PS:** — Claro que está esclarecido.

**O Orador:** — Lamento que se refira a pormenores ridículos, pois realmente os pormenores são ridículos e é o ridículo da TAP que o Sr. Deputado parece querer defender. Eu não o quero fazer. O que eu quero é companhias portuguesas dignas e capazes de fazer o seu serviço convenientemente.

Quanto às soluções, eu quero dizer-lhe que também elas estão indicadas em termos gerais. É a reestruturação da companhia que nunca é feita, que se adia, que todos os dias passa para o dia seguinte e portanto nunca se faz. Mudam os gestores e a reestruturação não surge. Que quer o Sr. Deputado que eu diga? Quer que eu as venha aqui apontar circunstancialmente ou que recomende que se constitua uma comissão com gente capaz para reestruturar essa companhia? Esse parece-me ser o caminho o que não quer dizer que seja este necessariamente o caminho do PSD. Não sei se será, se não. No entanto, a sugestão que eu apresentaria era essa.

**O Sr. Presidente:** — Informo os Srs. Deputados de que estamos apenas a cinco minutos do fim do nosso período de antes da ordem do dia. Está inscrita a Sr.<sup>a</sup> Deputada Hermenegilda Pereira.

Antes de lhe conceder a palavra, queria perguntar-lhe se pensa que pode fazer a sua intervenção neste espaço de tempo. É claro que, se for necessário conceder-lhe mais alguns minutos, não vejo qualquer problema nisso.

**A Sr.<sup>a</sup> Hermenegilda Pereira (PCP):** — Sr. Presidente, agradeço a amabilidade de V. Ex.<sup>a</sup> em dar-me a palavra, mas a verdade é que não é possível fazer a intervenção em cinco minutos. Se o Sr. Presidente me conceder mais cinco minutos, pois então poderei fazê-la.

**O Sr. Presidente:** — O sorriso da Câmara parece mais do que suficiente. Faça portanto o favor de produzir a sua intervenção.

**A Sr.<sup>a</sup> Hermenegilda Pereira (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pouco antes do fim do ano

de 1977, não passou despercebido à maioria dos portugueses o relevo informativo que os órgãos de comunicação social deram ao privilégio com que a Natureza continua a distinguir as populações laboriosas das cercanias da serra da Estrela, cobrindo-as com a beleza espectacular dos seus mantos de neve.

Em contraste com esta vulgar repetição dos imperativos da Natureza, não deixam eles porém de reavivar os nossos sentimentos mais fundos...

**O Sr. Presidente:** — Desculpe interrompê-la Sr.ª Deputada, mas é para lhe dizer que pode fazer a sua intervenção descansadamente, pois já se encontra na Mesa um requerimento a pedir a prorrogação do período de antes da ordem do dia.

**A Oradora:** — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Como ia dizendo, por serem também a moldura naturalmente bela de uma das quadras festivas mais agradáveis ao nosso povo.

No entanto, tudo isto terá de ter simultaneamente a marca das coisas indesejáveis, quando, sob qualquer paisagem, se esconde o desespero dos que não têm à mão o mínimo para subsistir e o futuro se apresenta ameaçador.

Como em tudo, também para estes amargos contrastes o povo nos previne com a sua adequada sentença, ao dizer-nos que: «Ao nevão, só o vê quem não tem pão.»

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Sinto-me inclinada a aconselhar que um maior número de cidadãos, sobretudo cidadãos responsáveis por este país, se desloquem àquelas paragens admiráveis, mas que olhem todos, em primeiro lugar, para quem debaixo do nevão corre o risco de ficar sem pão.

Como já concluíram, é verdade que estive entre o Natal e o Ano Bom em Gouveia e na Covilhã, onde ao mesmo tempo me senti amargurada e feliz. É sempre pouco consolador ser, como eu fui, objecto do apelo dramático de centenas de trabalhadores, que querem ser úteis à reconstrução económica da nossa pátria, e parece que se procura impedi-los de o serem. Amargurada por sentir a amargura de centenas de trabalhadores que só se sentem verdadeiramente vivos, quando as máquinas que manejam também «vivem», e na sua e na minha presença estavam tantos instrumentos criadores de riqueza votados ao silêncio que só empobrece.

Mas, por outro lado, ter podido reviver durante umas horas a minha condição de operária têxtil entre operários e operárias têxteis como eu, tinha forçosamente de me causar uma grande felicidade.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Estou a falar-vos da empresa têxtil Ernesto Cruz & C.º, da Covilhã, aonde me desloquei a convite da sua comissão de trabalhadores e delegados sindicais, na companhia dos meus camaradas Severiano Falcão e Jerónimo de Sousa.

Na Sociedade Industrial de Gouveia, onde também fomos na sequência de um convite idêntico, o panorama é muito semelhante, ainda que um pouco animado pelo entusiasmo com que os trabalhadores reuniram seus poucos recursos para fundarem uma pequena cantina para minorar as suas dificuldades.

Cerca de mil trabalhadores destas duas empresas

estão ameaçados de desemprego, sobretudo por falta de apoio bancário.

Em Julho de 1975, na firma Ernesto Cruz & C.º, o Ministério da Indústria e Tecnologia concluiu que era necessária a intervenção do Estado, para evitar o encerramento da mesma por falência técnica e os sérios problemas que esta situação causaria à economia local, regional e mesmo nacional. Um pouco incompreensivelmente, porém, o Ministério da Tutela nomeou mais tarde como gestor da empresa um dos sócios gerentes da firma, sendo por isso de admitir que se preparou desde logo a intervenção e a desintervenção.

Fosse ou não assim, em Março de 1977 um novo despacho do Ministério das Finanças e do Ministério da Indústria e Tecnologia pôs fim à intervenção do Estado na empresa, apesar de a comissão de trabalhadores então em exercício e os próprios titulares se terem pronunciado pela transformação da empresa em sociedade de capitais públicos.

Como é de uso nestas devoluções, exigia-se aos respectivos titulares um circunstanciado plano de actividades e um programa de auxílio financeiro extraordinário, com visitas à recuperação económica e financeira da empresa, mas, como também vai sendo habitual, ainda um e outro tardam.

Ouçamos porém o que nos disseram os trabalhadores da firma Ernesto Cruz & C.º: «[...] vemos com apreensão o nosso futuro. Nesta altura, a entidade patronal já nos deve cerca de 15 000 contos, ao Sindicato de Lanifícios perto de 650 contos e à Pnevidência cerca de 29 000 contos. Os salários de Dezembro e o subdílio do Natal que tivemos vai ficar em 2000 escudos. Há muito que se fala na elaboração e aprovação de um 'contrato de viabilização', mas, ao certo, o que sabemos é que ele prevê 148 despedimentos e que a entidade patronal fica com os movimentos livres para nos retirar importantes regalias alcançadas com o 25 de Abril. Ao certo também temos a promessa da gerência que este contrato será concretizado a partir de 2 de Janeiro.»

Das diligências que a comissão de trabalhadores tem feito para a obtenção de meios que permitam a aquisição das matérias-primas necessárias à laboração e para pagamentos de salários, conta-se uma que recentemente fez ao Secretário de Estado da População e Emprego, mas os trabalhadores voltaram a casa mais desesperados por lhes ter sido dito por aquele membro do Governo que, pelo facto de estar demissionário, não poderia acudir-lhes.

Para os 380 trabalhadores da Sociedade Industrial de Gouveia a situação, como já referi, é igualmente aflictiva. A falta de matérias-primas não permite que a produção vá além dos 25 %, que se saísfaciam as encomendas que existem em carteira e, consequentemente, impede que sejam pagos os salários.

Em Novembro, cada trabalhador recebeu apenas 4500\$, não havendo naquela altura qualquer garantia de virem a receber os salários do mês de Dezembro, e menos ainda o 13.º mês.

Entretanto, o total das dívidas da entidade patronal aos trabalhadores cifra-se em cerca de 19 000 contos e à Pnevidência já atingiu os 26 000 contos. Porém, três administradores da empresa viram os seus ordenados aumentados em 17 contos, dois com 4000\$ e um só em 9000\$, facto publicamente já denunciado

pelo sindicato do sector dos distritos da Guarda e de Viseu.

Este problema é o exemplo bem vivo de como se procura que sejam apenas os trabalhadores a continuar em regime de austeridade faminta e ao mesmo tempo a pagarem e a sofrerem na carne as consequências da crise económica que nunca provocaram.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Também na Sociedade Industrial de Gouveia tem vindo a acentuar-se com a breve aplicação de um contrato de viabilização já elaborado pelas entidades concorrentes, mas todavia sem que entre os trabalhadores desapareça o espectro do desemprego e perda das suas reigalias.

Acresce que estas apreensões se avolumam e generalizam a todos os trabalhadores têxteis, por serem patentes os esforços do patronato, por um lado, e pelas suas organizações, por outro, para declararem o respetivo sector em crise.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Nas empresas que visitámos e, estou certo, em todas as outras do País, os trabalhadores sempre extiveram e estão profundamente empenhados em contribuir para que as nossas dificuldades económicas e financeiras sejam rapidamente ultrapassadas, pois sabem que só desta maneira as suas actuais apreensões também poderão ser vencidas. As preocupações dos trabalhadores da Sociedade Industrial de Gouveia e da firma Ernesto Cruz & C.º, são do mesmo molde partilhadas pelo comércio e pequenos agricultores locais, cuja actividade se ilga estreitamente ou depende da estabilidade do emprego e do aumento da produção.

Trata-se, portanto, de uma situação com graves e generalizadas incidências na vida das populações, para a qual se tornam urgentes todas as medidas que permitam sair das dificuldades, valorize o contributo indispensável dos trabalhadores e garanta as conquistas que alcançaram com o glorioso 25 de Abril.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — A Mesa recebeu um requerimento de alguns Srs. Deputados do PSD no sentido da prorrogação do período de antes da ordem do dia. Há alguma oposição?

*Pausa.*

Está portanto concedida a prorrogação, sendo dada a palavra a cada grupo parlamentar por cinco minutos.

Estão abertas as inscrições.

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Simões de Aguiar.

**O Sr. Simões de Aguiar (PSD):** — Sr. Presidente, era apenas para formular umas breves perguntas à Sr.ª Deputada que acabou de intervir.

É evidente que eu julgava, e estava plenamente convencido disso, de que a Sr.ª Deputada ia ter uma recepção, nas aldeias e vilas que visitou dos distritos da Guarda e Viseu, semelhante — recordo-me de uma frase da Sr.ª Deputada — à de todos os Deputados

que se encontravam sequestrados nessa Assembleia, em que se dizia que a culpa era nossa, porque o povo não gozava de nós. É evidente que estava à espera que houvesse uma reacção dessas, o que não aconteceu.

**Uma voz do PCP:** — Estava à espera, porquê?

**O Orador:** — No entanto, vou formulá-lhe as perguntas.

Em primeiro lugar, a Sr.ª Deputada considera as empresas que visitou pequenas, médias ou grandes? Independentemente da resposta que me der, gostaria de lhe perguntar por que motivos é que empresas que funcionavam normalmente, sob o ponto de vista financeiro, até com certo desafogo, neste momento se encontram na situação que acaba de apontar. Pergunto-lhe mesmo se efectivamente a maioria dos trabalhadores estará de acordo em que a culpa é da direcção dessas empresas ou não será antes de uma minoria de trabalhadores que tentarão desestabilizar essas mesmas empresas e fizeram com que neste momento se encontrem na situação que a Sr.ª Deputada referiu.

**Vozes do PCP:** — É falso!

**O Orador:** — Em resumo, Sr.ª Deputada, pergunto-lhe quem é culpado pelo facto de as pequenas, médias e grandes empresas dos distritos da Guarda e Viseu se encontrarem numa situação financeira que vem deteriorando-se dia a dia.

**O Sr. Presidente:** — Há mais algum pedido de esclarecimento?

*Pausa.*

Visto que não há, tem a palavra a Sr.ª Deputada Hermenegilda Pereira.

**A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Respondendo ao Sr. Deputado que me interpellou, quero dizer, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado que como operária consciente que sou não respondo a provocações.

*Aplausos do PCP.*

Em segundo lugar, respondendo que não classifico perguntas — porque o Sr. Deputado fez referências a que não auditava minha intervenção —, eu não referi aqui pequenas, médias ou grandes empresas. Referi a firma Ernesto Cruz & C.º e a Sociedade Industrial de Gouveia, empresas de lanifícios, e mais nenhuma. Referi que através destas todo o boicote à luta dos trabalhadores que tem sido feito no sector têxtil — e o Sr. Deputado, se tem consciência, use-a para esse facto — não tem sido feito pelo Partido Comunista Português, mas tem sido, sim, pelo seu partido. Esta é a realidade, Sr. Deputado. Em 1975 quem tentou boicotar a matéria-prima para as empresas de têxteis e lanifícios foi o PSD, e não o Partido Comunista Português.

Diz também o Sr. Deputado que os trabalhadores são os culpados da desestabilização. É lamentável quando os capitalistas assim argumentam, mas allá

eu, como opinião que fui de um grande capitalista, não me admiro que o Sr. Deputado use tal argumento.

Na nossa intervenção referimos claramente de quem é a culpa da situação verificada, referimo-nos aquilo que ouvimos e vimos com os nossos olhos e convindamo-nos os cidadãos responsáveis deste país a visitarem esses locais. Assim, o Sr. Deputado pegue nas suas pernas e visite essas empresas, contacte com os trabalhadores e não venha para aqui, assim como outros Srs. Deputados, falar em nome do povo e dos trabalhadores, quando nem tão-pouco os sabem defender.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Não me diga o Sr. Deputado que os trabalhadores são os culpados da desestabilização deste país, quando são eles as vítimas dessa desestabilização que os senhores querem levar por diante. Mas, Sr. Deputado, a reacção não passou nem passará.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Simões de Aguiar, suponho que para um protesto.

**O Sr. Simões de Águiar (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é naturalmente para um protesto.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, evidentemente que não vou lá como turista, pois sou de lá. Conheço aquelas terras, não como turista, mas porque sou de lá e conheço o seu valor.

Por outro lado, Sr.<sup>a</sup> Deputada, queria dizer-lhe que não venha aqui com demagogias, porque para mim a prova é evidente. O resultado está na votação dos povos dessa região, os quais não votaram no Partido Comunista Português.

**Uma voz do PCP:** — Está enganado!

**O Orador:** — Para terminar, queria dizer-lhe concretamente, e frente a frente, que para mim — e não acusei todos os trabalhadores, porque a maioria dos trabalhadores daquela região não são comunistas — os culpados são os comunistas.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Severiano Falcão (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado teria muito gosto em conceder-lhe a palavra, mas, embora possa estar enganado, suponho que cada grupo parlamentar apenas dispõe de cinco minutos.

**O Sr. Severiano Falcão (PCP):** — Sr. Presidente, era só para dar um esclarecimento à Câmara a propósito do assunto em discussão.

**O Sr. Presidente:** — É uma forma de intervir como outra qualquer, mas faça favor de esclarecer Sr. Deputado.

**O Sr. Severiano Falcão (PCP):** — A minha explicação veio na sequência da intervenção do Sr. Deputado do Partido Social-Democrata.

Como já vai sendo hábito, cada vez que os trabalhadores referem as situações concretas em que se vêem nas empresas e perante a repressão patronal, os defensores do patronato invocam o pseudoparaíso de antes do 25 de Abril, dizendo que a situação das empresas era diferente. Também na sua intervenção o Sr. Deputado Simões de Aguiar o declarou e perguntou se na verdade sabíamos que a situação das empresas aqui referidas era melhor antes do 25 de Abril do que actualmente.

Portanto a minha explanação é no sentido de esclarecer o Sr. Deputado, e para isso passo a ler um documento publicado pela Comissão de Trabalhadores da empresa Ernesto Cruz & C.<sup>a</sup> no dia 19 de Dezembro de 1977, precisamente acerca da situação desta empresa antes do 25 de Abril. Dizem os trabalhadores:

Antes do 25 de Abril de 1974 a empresa, ao nível económico e financeiro, encontrava-se numa situação grave, visto que todo o equipamento e o edifício novo foram adquiridos com empréstimos da banca, a curto prazo, provocando necessariamente, já nessa altura, custos de produção mais elevados, havendo, para além destes factos, a concessão de financiamento feito pela Caixa Geral de Depósitos no valor de 30 000 contos sobre hipoteca das quotas dos sócios no sentido do pagamento das quotas de outros que então saíram, não se verificando portanto a entrada de capital individual ou colectivo em caixa, mas, sim, a transferência pura e simplesmente de números em conta corrente. Tal situação permitiu uma laboração normal da empresa, embora a dependência da mesma perante a banca se acentuasse cada vez mais.

Era este o esclarecimento, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Para um contra-esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Simões de Aguiar. Os senhores estão a abusar um bocadinho!

**O Sr. Simões de Águiar (PSD):** — Eu peço imensa desculpa e agradeço efectivamente a posição do Sr. Presidente, mas simplesmente foram postas na minha boca afirmações que eu não fiz.

Efectivamente, Sr. Deputado, é natural que antes do 25 de Abril não nos encontrássemos porque as nossas colaborações eram completamente diferentes.

**O Sr. Lino Lima (PCP):** — Nisso não há a menor dúvida. Ele estava na cadeia.

**O Orador:** — Não tenho a menor dúvida, Sr. Deputado, não tenho a menor dúvida acerca dessas colaborações. E o Sr. Deputado talvez saiba melhor o que o Sr. Deputado Lino Lima acaba de afirmar.

Relativamente à posição das comissões de trabalhadores antes do 25 de Abril, Sr. Deputado, confesso que não sei. Não sei qual é a representatividade dessa comissão de trabalhadores, mas há uma coisa que eu lhe queria dizer: efectivamente, como o Sr. Deputado deve saber, as empresas podem recorrer a investimentos, podem passar por situações financeiras temporariamente graves, em crise, mas isto

significa, para mim, autofinanciamento, no sentido de um desenvolvimento das empresas e da criação de postos de trabalho.

É natural que o Sr. Deputado não compreenda essa situação. É natural e perfeitamente lógico que não compreenda essa situação, mas não me venha dizer que o facto de uma empresa tentar investir, tentar ampliar e criar novos postos de trabalho que isso é nitidamente reacção, que isso é nitidamente uma posição reaccionária e contra os trabalhadores. Neste momento os trabalhadores saberão efectivamente onde está a razão.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado Jorge Leite. É também para um esclarecimento?

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Não, Sr. Presidente, era para fazer um curto contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente: A propósito de uma intervenção da minha camarada Hermegilda Pereira, que visava chamar a atenção da Câmara para uma realidade social, e até económica, muito clara, que se traduzia, no fundo, no risco de cerca de mil trabalhadores perderem o emprego, o Sr. Deputado do PSD resolveu tecer algumas considerações em termos que poucas vezes ouvi aqui nesta Câmara e que se traduziam, no fundo, no seguinte: os culpados da crise são os trabalhadores — alguns trabalhadores, como ele diz — e as vítimas da crise são naturalmente os empresários. É evidente, a acrescer àquilo que já foi dito, que para o Sr. Deputado do PSD resulta claro que os trabalhadores da região da Beira Alta — e devo dizer-lhe aqui que eu também não visito a Beira Alta por turismo, mas que sou de lá e conheço portanto aquela realidade — seriam comunistas, no entender do Sr. Deputado do PSD, para boicotar a economia e seriam porventura PSDs para votar. De facto só um primário anticomunismo pode levar a este tipo de cegueira.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Protesto ainda pelo facto de o Sr. Deputado do PSD abusiva e caluniuosamente atribuir aos comunistas as dificuldades que claramente se não devem a actuações de trabalhadores, de empresas que neste momento se encontram em crise, crise essa que não é actual, que não é só de agora, crise essa que, como se referiu na própria intervenção da minha camarada, se verificava à data em que numa das empresas o Governo resolveu intervir. De facto, Sr. Deputado, e para concluir, eu esperava que uma intervenção destas não merecesse as considerações de defesa de interesses capitalistas do tipo daquelas que o Sr. Deputado aqui proferiu.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Simões de Aguiar, tenha paciência, mas não lhe concedo a palavra, por

que o que o Sr. Deputado Jorge Leite proferiu foi um contraprotesto.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Efectivamente não compreendo porque é que houve um contraprotesto.

O Sr. Presidente: — V. Ex.<sup>a</sup>, no seu protesto ...

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Eu não fiz um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado no seu protesto, efectivamente, referiu-se marcadamente ao Partido Comunista, dizendo que eram os operários comunistas. O Sr. Deputado Jorge Leite contrapropostou. Não lhe posso, portanto, conceder mais a palavra sobre este ponto.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Sr. Presidente, posso fazer um esclarecimento à Câmara?

O Sr. Presidente: — É claro que há essa escapadaria dos esclarecimentos, que efectivamente nos podem atrapalhar, mas faça o favor de esclarecer.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Mas, Sr. Presidente, é mesmo um esclarecimento.

O Sr. Presidente: — É claro que eu não posso deixar de dizer que se estão a verificar alguns abusos, mas este Regimento continua a ser um Regimento intolerável, porque não permite que o Presidente acabe com uma situação perfeitamente desagradável como é esta, mas eu espero que venha a permitir.

Mas faça o favor de esclarecer a Câmara, Sr. Deputado.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Sr. Presidente, para que não haja dúvida nesta Câmara, eu fiz uma distinção bastante nítida entre os trabalhadores. Eu não acusei todos os trabalhadores de serem responsáveis por situações desastrosas nas empresas.

A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP): — Está gravado, Sr. Deputado!

O Orador: — Eu acuso categórica e frontalmente a minoria dos trabalhadores que neste momento são manipulados, mas estou esperançado em que efectivamente elas tomem consciência dessa manipulação.

Divido efectivamente os trabalhadores em duas partes: aqueles que são conscientes e colaboram e aqueles que são manipulados pelo Partido Comunista.

É este o esclarecimento que eu quero fazer à Câmara.

#### *Protestos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, naturalmente fazem-me a justiça de compreender que quanto mais gritam menos eu ouço.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Simões de Aguiar já viu o que arranjou? Com esse esclarecimento, em que se dirigiu directamente ao Partido

Comunista, vejo-me obrigado a dar a palavra outra vez ao Sr. Deputado Jorge Leite para um protesto.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente, não queria agora fazer um protesto, mas sim prestar um esclarecimento à Câmara.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — O Sr. Deputado referiu o facto de que dividia os trabalhadores. Nós registarmos isso e entendemos mesmo que essa é a sua função: dividir os trabalhadores contra os seus interesses e a favor dos interesses da classe oposta.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Há mais algum Deputado inscrito?

Não há nenhuma inscrição do Partido Socialista?

*Pausa.*

Tom a palavra o Sr. Deputado Barbosa da Costa.

O Sr. Barbosa da Costa (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É de todos conhecida a existência do problema da corrupção e tráfico de menores, mas fomos para ele mais directamente alertados, através de trabalhos realizados por alguns profissionais da informação, sobretudo através de um cuidado e desassombroado conjunto de crónicas do jornalista Auréllio Cunha, do *Jornal de Notícias*, que em boa hora retomou o assunto com a profundidade e a abertura que a sua gravidade merece.

Todos temos a consciência plena de que não se trata de forma alguma de um problema do pós-25 de Abril, mas que só a liberdade de informação, que permite a sua denúncia, tornou possível o seu conhecimento, pois, mercê da hipocrisia convivente do antigo regime, não permitindo que tais domínios fossem penetrados, poderá dizer-se a intender, aos menos avisados, que a corrupção referida é um fruto da liberdade sem qualquer elo de ligação com o passado.

Contudo, é nosso dever, dever de todos os que querem preservar a imagem da democracia, tudo fazer para a minimização de tão momento problema, denunciando hoje, para averiguar e punir, se for caso disso, todos aqueles que a coberto das liberdades democráticas dela fazem uso indevido, acorrendo, humilhando e instrumentalizando milhares de jovens que, pelas mais variadas razões, vão caindo nas malhas do proxenitismo.

É nosso dever exaltar, por outro lado, o intenso labor de honestos profissionais de informação que, correndo riscos de diversa ordem e sacrificando legitimate horas de fazer, penetraram no *bas fond* dos aliciadores e exploradores de menores. Os factos narrados, a média das idades das jovens atingidas, as formas de aliciamento e rapto, a insoléncia da forma de actuação e a quase total impunidade dos prevaricadores deixam alarmado e estarnecido o cidadão comum, que teme, a todo o momento, que o seu mundo familiar seja o alvo próximo.

É verdadeiramente preocupante a quantidade de menores que desaparecem de casa, o que não pode ser avaliado pela publicidade nos órgãos de comuni-

cação social, pois na maior parte dos casos, por vergonha, tais fugas são caladas. E o que é quase sempre o mesmo — a prostituição que alimenta, entre outros, grande número de proxenetas e donos de casas receptadoras, atingindo os seus proveitos verbas escandalosamente altas, sobre as quais não incide, evidentemente, qualquer tipo de imposto.

Faço eco do problema aqui na Assembleia dos representantes de todos os portugueses, pois os dramas que atingem grande número de famílias não podem ser calados, pois, bem pelo contrário, deve ser feito um veemente alerta e uma posterior acção tendente a devolver a segurança e a paz aos lares portugueses.

Inúmeras razões se podem aduzir para explicar tal estado de coisas e a que não são estranhos conflitos de gerações, demissão de autoridade de pais e educadores, deficiente conceito de emancipação, para além da inexistência de condições dignas de habitação e crescente desemprego, que conduzem à progressiva marginalização de autores e vítimas.

Contudo, tais factores não justificam de forma alguma o aumento em espiral de desvios de menores.

Assim, se nos repugna ver dezenas de marginalis e de ditos respeitáveis cidadãos vivendo lautamente, levarem uma existência nababesca, condizendo sofisticadas vilastras à custa da miséria alheia, mais nos repugna saber que tudo isso se processa a coberto da passividade, negligéncia ou mesmo connivência de alguns agentes, se bem que poucos, da PSP e da Policia Judiciária.

Vem a propósito falar dessa digna instituição que é a PSP, a quem o País tanto deve. Simplesmente quero fazer eco de algumas queixas que me chegam de elementos desta corporação, no tocante ao comportamento de outros elementos, felizmente uma minoria, mas que, na realidade, pela sua actuação, põem em causa toda a instituição.

Importa separar o trigo do joio, pois se há casos negativos, outros há em que agentes indignados com a corrupção existente tudo têm feito para a averiguação da verdade e desmantelamento das redes.

Sabemos, até, da luta diária que se trava no seio das corporações em causa entre os seus honestos servidores, que felizmente são a esmagadora maioria e os negligentes e coniventes.

É altamente sugestivo denunciador o que foi referido numa das crónicas do *Jornal de Notícias* e que chega a informar que um indivíduo que vive da prostituição, e julgando ser o jornalista um agente da autoridade, lhe propôs sociedade, o que para dignificação das instituições precisa ser averiguado.

Por outro lado, é de certo modo generalizado o consenso de que são avisadas as casas receptadoras de menores por certos agentes quando se preparam buscas ou mandatos de captura.

Verifica-se ainda que as redes organizadas não actuam exclusivamente no território nacional, mas processa-se uma autêntica exportação de carne humana para Espanha, França e certos países árabes. Estamos perante um novo capítulo da escravatura branca?

A passagem de menores e proxenetas para o estrangeiro deve-se, em grande parte, à facilidade como se transpõem as fronteiras, o que obviamente ajuda a alimentar o tráfico e leva, nomeadamente em Espa-

nha, a uma situação altamente desagradável e nada honrosa para Portugal, segundo a opinião do cônsul português em Vigo, que afirma ainda que estranha que as autoridades portuguesas não metam na cadeia os proxenetas para proteção das famílias.

Bem sabemos que é um problema comum a um grande número de países que o não resolveram ainda. Mas a miséria alheia não pode servir de lenitivo e justificação para a nossa.

É preocupante a forma como a questão tem sido encarada, pois, casos há, em que a rede é detectada, os seus elementos identificados e localizados, com provas mais que evidentes, e são os rufiões simplesmente notificados a comparecerem na polícia, o que naturalmente leva ao seu rápido desaparecimento para outras paragens para reinício da sua actividade.

Não se pode falar em incompetência da Polícia Judiciária, pois são constantes os casos, noutras domínios, de maior dificuldade de investigação e que são resolvidos com relativa certeza graças à comprovada eficácia de elementos da referida corporação.

É por de mais evidente, que ao abandono e rapto de menores não tem sido dada a importância correspondente à magnitude e gravidade de que se revestem.

Se se pode eventualmente imputar culpas a alguns agentes não se pode esquecer que os mecanismos legais existentes permitem a criminalização da actividade por largos períodos, na maior impunidade.

Assim os proxenetas, corruptores e aliciadores, são passíveis de medidas de segurança, sendo-lhes aplicada, à primeira infracção, a medida de segurança de caução de boa conduta ou liberdade vigiada, à segunda a liberdade vigiada, com caução elevada ao dobro ou triplamente, que pode ser em casa de trabalho ou colónia agrícola por um período de seis meses a três anos.

Acrece ainda que a instrução do processo deste tipo é particularmente morosa e, de certo modo, de difícil prova, porque as vítimas, muitas vezes sob a威脅 de morte, são as suas mais acérrimas defensoras.

Por outro lado, chega a parecer estranho que, num meio como o Porto, onde comprovados e conhecidos proxenetas, durante as horas de trabalho, frequentam cafés, bares e cinemas e apesar disso até meados de Novembro tinham entrado no tribunal de execução de penas somente vinte processos que normalmente são enviados pela PSP e muito raramente pela Polícia Judiciária.

Mas o mais grave da questão é que a maioria dos processos são arquivados, pois ao prevaricador, não sendo passível de pena criminal, mas sim de medidas de segurança, é-lhe relativamente fácil apresentar carteira profissional de qualquer actividade e mudar de residência.

É evidente que o problema não se resolve exclusivamente com a entrada na prisão dos rufiões, pois, infelizmente, alguns dos estabelecimentos prisionais portugueses são predominantemente locais de ócio, escolas de criminosos, fábrica de homossexual e drogados, onde os delinquentes primários na convivência prisional se transformam em autênticos criminosos, como o mesmo jornalista denunciou, no conjunto de crónicas que elaborou a respeito da cadeia de Cus-

tolas, onde pôs a nu a escandalosa realidade do referido estabelecimento.

A este propósito um inquérito foi feito, tendo-se provado a esmagadora maioria das denúncias feitas e tendo sido prometida, então, pelo Ministro da Justiça uma urgente reforma do sistema prisional, mas voltados largos meses, o único acto realizado circunscreveu-se à substituição do director da referida cadeia, que há dias ainda não se tinha concretizado.

Regressando ao problema do desvio de menores, é lícito que é mais um caso em que a inércia do Ministério da Tutela, é patente, onde tudo tem decorrido como se estivéssemos no país mais calmo, seguro e tranquilo da orbe terrestre. Folgamos, contudo, pela anúncio da abertura de um inquérito por parte da Procuradoria-Geral da República.

A denúncia foi feita por um conjunto de crónicas onde se fazem acusações muito graves e nem uma palavra, nem a hipótese de um inquérito por parte do Ministério. O respeito que nos deve merecer a dignidade e tranquilidade dos Portugueses obrigar, no mínimo, o Departamento governamental a tomar um conjunto de medidas rápidas e concretas para, pelo menos, atenuar os efeitos da situação.

Como medida imediata deveria ser feito um urgente inquérito conducente à averiguação de uma questão que está a pôr em causa o amanhã da juventude portuguesa de hoje.

Urge ainda reformular o sistema prisional, dotando-o das condições indispensáveis à recuperação para a sociedade dos que caíram nas malhas do crime.

Importa dotar também o processo penal de meios mais rápidos e eficazes de combate à criminalidade. Entretanto, qualquer tipo de terapêutica terá de ser antecedida de uma actuação preventiva procurando remover as causas originadoras de tais situações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta é uma tarefa que nos deve mobilizar a todos, membros de uma sociedade em transformação, de forma a organizar o nosso sistema social com estruturas mais consistentes.

Entendemos ser importante procurar criar condições para melhorar o nível de relações entre pais e filhos, professores e alunos, e num âmbito mais largo uma maior confiança e mútuo respeito entre cidadãos e governantes e cabe aos adultos, em geral, ajudar a juventude na aprendizagem da liberdade responsável, despida de conservacionismos retrógrados ou de vanguardismos irresponsáveis. Por outro lado, enquanto houver bairros de lata, habitações promíscuas, pão escassear ou educação distante tudo podemos esperar que aconteça aos jovens deste país.

Importa construir uma sociedade onde a habitação, o trabalho, a educação, a cultura não sejam unicamente direitos consagrados na Constituição, mas realidades visíveis e concretas, de forma a dar a cada ser humano, nosso concidadão, o que lhe cabe por direito próprio.

#### *Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Grande parte da população do concelho da Marinha Grande vive da indústria vidreira.

Se é verdade que as perspectivas são sombrias para as empresas localizadas neste concelho, o sector no seu conjunto sofre situações semelhantes. O colapso pode dar-se a curto prazo, principalmente no sector de cristalaria. Por isso se impõe que, uma vez mais, se sublinhem os riscos que se contêm se não forem tomadas medidas urgentes.

No sector da cristalaria a maioria das pequenas e médias empresas encontra-se em situação de falência técnica. Para cinco empresas com um volume de vendas em 1976 de 650 000 contos, as dívidas atingem os 500 000. Descapitalizadas, com um baixíssimo nível de investimentos e grande dependência de capitais alheios, com enormes encargos financeiros, estão incapazes de, só por si, sair do fosso em que se encontram. O valor acrescentado bruto não é suficiente para absorver os encargos e as amortizações na maioria das empresas.

O nível tecnológico dos equipamentos e dos processos de fabrico é bastante baixo, sendo a produtividade duas a três vezes menor do que a de empresas concorrentes estrangeiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O sector de vidro de embalagem, embora tenha boas perspectivas de desenvolvimento, debate-se com inúmeros problemas de ordem estrutural. A maioria das empresas está igualmente descapitalizada, havendo projúizos elevados em algumas como consequência da deficiente estrutura económico-financeira e técnico-industrial.

A produção actual de vidro de embalagem já não satisfaz as necessidades do consumo interno, que tende a crescer aceleradamente. Impõe-se impedir o crescimento anárquico do sector através de uma política coordenada e selectiva de financiamento.

Exemplos claros são, entre outros, o da Cive (Produtora e Boavista), com uma situação financeira difícil mercê da política do grupo monopolista a que pertence (Sociedade Central de Cervejas e Companhia) e em que, contando o Estado com 52% do capital, se mantêm no fundo das gavetas os planos de reestruturação que existem e sem que se ouçam os trabalhadores. Ou o da Dâmaso, empresa que, com um mínimo de investimentos e apoio técnico, se tornaria rendível a curto prazo, enquanto os trabalhadores continuam a aguardar apoio eficiente do IAPMEL.

Ou ainda, no sector da cristalaria, a Fábrica-Escola dos Irmãos Stephens há muito esperando a reconversão necessária. Enquanto a Manuel Pereira Roldão, abandonada pelo patronato, está entregue à sua sorte, sem o mínimo apoio por parte do Governo, parecendo antes existir a preocupação de a entregar ao ex-patrão sabotador e em fuga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se se impunham há longo tempo medidas de apoio ao sector vidreiro que não vieram, pelo contrário, houve uma política governamental de cedência aos grandes intermediários importadores e aos exportadores estrangeiros, já que, através de medidas de contingente e controlo das importações, seriam possíveis economias de divisas de centenais de milhares de contos.

A empresa de capitais alemães Inriduhit, por exemplo, podia, pelo seu lado, despedir 60 trabalhadores enquanto conseguia facilidades de crédito e outras que se recusaram e recusam à indústria nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os trabalhadores estão dispostos a fazer sacrifícios com uma política

económica que sirva o povo e o País, mas combaterão com firmeza uma política de cedência ao capital e ao imperialismo.

Os trabalhadores já reivindicam há muito medidas para o sector e a criação de um organismo permanente que, contando com a sua participação activa e criadora, elabore um plano de acção que contemple questões como as seguintes:

Estudo das necessidades de consumo interno e previsão do desenvolvimento dos mercados exteriores no vidro e no cristal;

Planificação da produção a realizar pelas diferentes unidades produtivas com uma grande redução dos modelos existentes, de forma a especializar o mais possível a produção;

Reestruturação tecnológica de acordo com o dimensionamento das empresas, dos meios humanos existentes e dos tipos de produção a realizar;

Avaliação da situação financeira das empresas, estabelecendo-se programas de saneamento e financiamento equilibrados, e articulados com as necessidades de produção global;

Regulamentação de contingentes e condições de importação.

Os trabalhadores, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e em particular os trabalhadores da Marinha Grande, continuam e continuarão determinados na defesa dos seus direitos e interesses, na defesa dos seus postos de trabalho, na defesa de uma economia ao serviço do País, na defesa de uma política que consolide a Democracia e respeite a Constituição.

#### *Aplausos do PCP.*

O Sr. Telmo Neto (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Telmo Neto (PS): — Sr. Deputado, é evidente que o panorama que traçou para a indústria vidreira não se afasta muito da realidade, pois a indústria vidreira, tal como muitas outras indústrias no nosso país, sofre desfeitos e problemas que o capitalismo introduziu na indústria portuguesa aos mais diversos níveis. No entanto, também se depreende da intervenção do Sr. Deputado que o Governo que terminou as suas funções há pouco tempo nada fez para tentar obviar a alguns dos problemas da indústria vidreira.

A pergunta que eu lhe faço é apenas uma, muito simples: se o Sr. Deputado sabe que ainda há pouco tempo tanto a Cive Produtora como a Fábrica-Escola foram visitadas pelo Sr. Secretário de Estado da Indústria na sequência da previsão e preparação de investimentos e programas de recuperação dessas duas unidades fabris.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques para responder.

O Sr. Sousa Marques (POP): — Eu julgo que esta observação do Sr. Deputado Telmo Neto nem precisará muito de uma resposta, até porque o Sr. Depu-

tado avia por considerar que, de facto, da parte do Governo houve uma resposta a todos os problemas que se levantam neste sector. Essa resposta foi a visita do Sr. Secretário de Estado da Indústria Ligeira a duas empresas do sector.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Cunha Simões.

**O Sr. Cunha Simões (CDS):** — Sr. Presidente Srs. Deputados: No coração do Ribatejo um grande português e um grande democrata deixou no povo a eternizar a sua memória e o seu amor à terra uma obra que engrandece dia a dia.

A Casa dos Patudos, museu herdado de José Relvas, é na verdade uma pedra preciosa que de muitos anos antecede em todo o Mundo as fundações e as casas de cultura que depois se vulgarizaram. Como tudo em Portugal que diz respeito à arte a Casa dos Patudos, que poderia e deveria estar continuamente superlotada de visitantes, acaba por servir escassa centena de curiosos que por uma outra razão estão mais virados para as coisas de espírito.

Carinhosamente e exemplarmente administrada, a Fundação José Relvas é um exemplo de instituição ao serviço do povo, feita por um homem de larguissima visão, que fez da vida um sacrifício constante em defesa dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.

Apesar de tudo o que foi e o que fez, não seria hoje em vozes acacianas mais do que um miserável varifundilário e um ignobil explorador do povo trabalhador.

Na província do Ribatejo, que tem neste momento cerca de 500 000 habitantes e 6689 km<sup>2</sup> de superfície, o Museu dos Patudos é o único que merece o nome, dando que em mais lado nenhum do Ribatejo há núcleos museológicos bem organizados e abertos ao público como devia ser de toda a obrigação numa província que foi cenário e ouviu de muito perito toda a ação histórica de Portugal.

Como é evidente, para que o Museu de Arte Antiga tenha em armazém cerca de 40 000 peças de arte não é possível que na província sobrem as necessárias para núcleos museológicos visitáveis e dignos de interesse.

Na verdade aqui gostaria de chamar a atenção para o Museu Nacional de Arte Antiga, onde o número de visitantes, em relação às peças de arte que lá estão e à riqueza nele contida, é muito diminuto.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Junto-se ao que fica dito a igualável incapacidade dos responsáveis pela administração e conservação do património para resolver, como se estivéssemos no século XIX, problemas inerentes aos seus programas de ação.

No que diz respeito à legislação que defende o património em Portugal poderá dizer-se que se caiu neste sem-fim: uma legislação absoluta que foi, que é e que será. Que defende um conjunto de funcionários, alguns deles obsoletos que foram, que são e que serão.

Por isso nada há de mais bisonho, tristonho, enfadonho e massudo que os monumentos nacionais por-

tugueses a não ser os patrões desses mesmos monumentos.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** A Casa dos Patudos, com um recheio de razoável valor, pode ser encarada fundamentalmente como um local privilegiado para albergar os serviços centrais de salvaguarda do património artístico da Região Centro do País.

A Casa dos Patudos tem instalações que poderiam perfeitamente comportar oficinas de restauro, com capacidade para responder às exigências de uma zona limitada pelo Mondego, a norte, e pelo Alto Alentejo, a sul.

A propósito do restauro, gostaria de focar aqui um aspecto que parece muito importante. As pessoas que trabalham no restauro de obras de arte são muitíssimo mal remuneradas, e estão carecidas de diversos meios e apoio aqui para que essas pessoas sejam acarinhadas, ajudadas, para que se reveja tudo aquilo que lhes diz respeito. Para tanto chamo a atenção especial para o Instituto de José de Figueiredo, onde há pessoas encarregadas do restauro de obras de arte, que ai trabalham com todo o sacrifício, com uma remuneração deficiente. Lembro o caso de encarregados que estão ainda na letra J.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Pela localização e pelo espaço seria de aproveitar a Casa dos Patudos e a propriedade adjacente para se instalar um centro de inventário artístico de património a nível nacional com os serviços devidamente computarizados.

Aqui se poderia fazer também o centro nacional de exposições itinerantes de arte.

Para a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais endereço estas sugestões e o desejo sincero para que elas se concretizem a bem do Ribatejo e do povo ribatejano.

*Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, eu queria dirigir-lhe uma palavra de solidariedade — penso que será este o termo —, porque efectivamente eu conheço bem a Casa dos Patudos e o que se passou lá — poucos Srs. Deputados o conhecem —, conheço também a obra de José Relvas, as suas memórias, e sei perfeitamente o que esse homem representou para a implantação da República em Portugal. Poucos talvez saberão que José Relvas foi um homem extraordinariamente activo durante a revolução de 5 de Outubro e um agente de ligação entre a Rotunda e os populares que se encontravam em Alcântara, portanto um homem de rua, não deixando de ser um intelectual, e nosso representante diplomático no estrangeiro e depois Ministro da República.

Eu queria anunciar à Câmara, simplesmente como informação, de que será objecto, como não pode deixar de ser, de uma discussão e apreciação dos grupos parlamentares, em primeiro lugar, e na altura oportuna o assunto será submetido ao Conselho Administrativo, o promover a publicação de estudos de investigação sobre as actividades parlamentares que aqui se deram nesta Câmara, de forma a poder informar os Srs. Deputados e o País de algumas comunicações, intervenções e discursos extraordinariamente impor-

tantes, mesmo do tempo da Monarquia, pois alguns deles tiveram lugar nesse tempo e mesmo muito antes, no tempo de Herculano, Garrett e Mouzinho da Silveira — diríamos que seria um período da Monarquia e outro da República, onde houve notáveis oradores nesta Câmara. Era um dos projectos que eu alimento e que gostaria de cumprir dentro do meu mandato.

Srs. Deputados, eu interromperia a sessão agora para uma reunião dos grupos parlamentares e retomariam os nossos trabalhos às 18 horas com o início do período da ordem do dia.

*Eram 17 horas e 25 minutos.*

*A seguir ao intervalo, assumiu à presidência o Sr. Vice-Presidente António Duarte Arnaut.*

O Sr. Presidente: — Está realaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 20 minutos.*

## ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Vou conceder a palavra ao Sr. Deputado Pedro Roseta para iniciar o debate sobre a ratificação n.º 25/I, do Decreto-Lei n.º 478/77, de 15 de Novembro, que cria no Ministério da Educação e Investigação Científica a Direcção-Geral de Extensão Educativa, apresentada pelo PSD.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cumpre-me proceder, nos termos regimentais, à apresentação do pedido de ratificação do Decreto-Lei n.º 478/77, de 15 de Novembro, que criou a Direcção-Geral de Extensão Educativa.

Os Deputados do PSD solicitaram tal ratificação porque põem em causa, indo ao fundo da questão, a bondade de solução adoptada, e que consiste, basicamente, na função de estruturas preexistentes no Ministério da Educação e Investigação Científica dedicadas à promoção educacional e cultural dos adultos, por um lado, e ao apoio às actividades juvenis, por outro. Eram elas, como se sabe, a Direcção-Geral de Educação Permanente e o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.

Para fundamentar a nossa completa discordância de tal solução, importa fazer algumas considerações preliminares sobre o que entendemos dever ser hoje a educação permanente e da importância vital que lhe atribuímos, tendo em vista o desenvolvimento integral e harmonioso da pessoa humana numa sociedade que queremos mais livre, mais justa e mais solidária.

Que justifica, pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a enorme importância da educação permanente nos nossos dias?

Fundamentalmente, uma série de novos desafios que, ao longo do século XX, vieram juntar-se, ousamos dizer-ló, aos dados básicos fundamentais da condição humana. Esses desafios, essas realidades novas, modificaram as condições de vida, do futuro individual e colectivo, tornaram e tornam cada dia mais complexa a actividade do homem e põem em questão boa parte dos esquemas tradicionais de expli-

cação do mundo e da actividade humana, como bem nota Paul Lengrand na sua *Introduction à l'Education Permanente*.

Temos em primeiro lugar, a enorme aceleração do ritmo das transformações intelectuais, sociais, científicas e técnicas. As inovações verificam-se no nosso século com tal rapidez que os homens de hoje se vêem confrontados, de tantos em tantos anos, mas no curso da sua própria vida, com um universo de tal forma transformado que as interpretações que anteriormente tinham adquirido não o conseguem explicar completamente. A imagem que tinham do mundo adquirida na infância não corresponde ao universo que os vai rodeando; por isso, correm o risco de um desfasamento total que os pode levar mesmo a considerar-se estranhos, a não compreenderem o mundo em vivem.

Em segundo lugar, o rápido desenvolvimento da ciência e as conquistas técnicas atingem agora a maior parte dos homens. A necessidade da renovação de repensar dos conceitos aprendidos, bem como da aprendizagem de novas técnicas, impõe-se a todos, em quase todos os sectores da actividade humana, desde a agricultura aos serviços, passando pela indústria, pelos circuitos comerciais e pelos métodos de gestão.

Em terceiro lugar, o aumento da duração média da vida ocorrido no nosso século é também factor evidentemente decisivo a considerar.

Também as transformações das estruturas políticas, sociais e económicas exigem uma maior participação, uma maior capacidade de resposta a novos problemas por parte de todos os cidadãos.

Por outro lado ainda, o vertiginoso desenvolvimento dos meios de comunicação social, nomeadamente os audio-visuais, contribui para o desenvolvimento de uma civilização planetária, atirando quotidianamente enorme massa de informação sobre tudo o que ocorre em todo o mundo para cima de cada homem. Daí resulta a necessidade absoluta e imprescindível de selecção, compreensão, assimilação das informações recebidas em ordem à sua posterior utilização. Para tanto é necessário desenvolver o espírito crítico, a aprendizagem correcta das diversas formas de linguagem, a capacidade de utilização, transformada e, eventualmente, inovada, daquilo que é, assim, todos os dias recebido.

Podíamos acrescentar ainda — mas já fizemos os apontamentos fundamentais — a explosão demográfica, o crescimento dos tempos livres, o desafio político que a todos impõe novos e mais vivos contactos entre os cidadãos e os seus representantes investidos do Poder Executivo, Legislativo ou Judicial, a crise de certos modelos de vida e de sistemas de relações entre as pessoas provindas de gerações anteriores, a incapacidade de as ideologias darem resposta imediata a realidades tão novas que surgem tão rapidamente, não previstas pelos que as desenvolveram no passado — mesmo no já tão longínquo século XIX.

Ora de tudo isto resulta que, se a duração da vida média aumentou e as transformações de toda a ordem se aceleraram, a acção educativa teria de serposta em causa. Face às novas realidades não basta, de forma alguma, transmitir conhecimentos às crianças e aos jovens só enquanto se encontram dentro do

sistema escolar: em breve grande parte desses conhecimentos estaria desactualizada. Além de modificar o próprio conteúdo e os métodos dessa acção educativa, estimulando desde início o espírito criador, a capacidade crítica, de selecção, de síntese, há que preparar para a recepção posterior ao longo de toda a vida de uma enorme catadupa de modificações substanciais no mundo que já referi que irá rodear os que são estudantes agora e que, de algum modo, deverão passar a sé-lo toda a vida.

Em consequência tem hoje de ser posta radicalmente em causa a dicotomia existente no passado entre os anos em que se aprendia e aqueles em que, finda a aprendizagem, seja ao nível secundário, seja ao nível superior, se escolhia uma profissão para pôr em prática aquilo que durante uns anos se tinha aprendido.

A educação agora não pode ser conseguida num curto período de vida no qual uns sejam bem educados e outros mal. Hoje ninguém é, em fase alguma da sua vida, completamente educado: a sua educação será feita progressivamente; o esforço educativo tem de prosseguir ao longo de toda a existência de cada ser humano. O que importa é que toda a sociedade seja uma verdadeira «cidade educativa»

O Sr. Gonçalves Sapinho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Onde os homens que no sistema escolar tenham conseguido o fundamental — aprender a aprender — possam colher o que interessar ao desenvolvimento integral da sua personalidade.

Mas a educação dos adultos não pode ser feita dentro da dicotomia docente/aluno. O adulto é um parceiro igual que recebe dos outros, mas dá-lhes a sua maneira de ser, de ver as coisas, a sua experiência, nomeadamente profissionais, a sua imaginação a sua crítica, o seu poder criador.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Daí que o motor dessa educação permanente não possa ser a obrigatoriedade que se verifica na idade escolar, mas sim a vontade, a consciência e a liberdade.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A sociedade deve, evidentemente, garantir a existência de estruturas e o desenvolvimento de métodos que ajudem cada homem a continuar a sua educação ao longo de toda a vida. A nossa Constituição, no artigo 74.º n.º 3, alínea c), impõe ao Estado — e muito bem — que garanta a educação permanente e elimine o analfabetismo.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de tudo o que ficou dito importa reter que a educação permanente não é ensino nem sequer é um mero prolongamento do sistema educativo ou da educação de cada homem. Vimos já que ela não pode, de modo algum, basear-se na relação básica que, fundamentalmente, caracteriza o sistema de ensino (ou caracterizava, antes da explosiva «descoberta», original sem dúvida, do ensino só e só televisionado), a relação professor/aluno. Mas, além disso, como afirma ainda

Lengrand, «significa uma série de novas aproximações a elementos essenciais da existência de cada um, a começar pelo sentido dessa própria existência. Permite tornar consciência e compreender um grande número de situações fundamentais em que os indivíduos vão aparecendo em novas perspectivas e permite trazer soluções inéditas a problemas cruciais do destino do homem e das sociedades». É a parte consciente, voluntária, da progressão constante individual e colectiva, a arma do desenvolvimento integral da pessoa.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E, como sabem, e já Emmanuel Mounier afirmava, só haverá desenvolvimento integral da pessoa nas suas dimensões que são indissociáveis, individuais e colectivas, em solidariedade com os outros, e nunca oprimindo-os — isso seria egoísmo individualista, porta da auto-suficiência convencida mas idiota, caminho do total enciosamento da própria personalidade, amputada por ele próprio de uma dimensão fundamental.

O Sr. Olívio França (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Decreto-Lei n.º 478/77 está todo inquinado por um grave erro fundamental. Todo ele assenta na junção das actividades juvenis com aquilo que ele chama a educação permanente. O curto preâmbulo justifica a fusão da Direcção-Geral da Educação Permanente e do FAOJ com a nosso ver, um inexistente «paralelismo e sobreposição» de grande parte das competências daqueles dois serviços.

Isto revela um efectivo desconhecimento do que é hoje a educação permanente no mundo.

Antes de concluir a demonstração de que educação e actividades dos jovens e educação permanente são realidades diferentes que não podem ser misturadas, ainda que a nível meramente estrutural, sem graves prejuízos, acentuadas por se tratar de duas áreas de fundamental importância, faço notar que o MEIC ignorou que em quase toda a Europa democrática e até em muitos países em vias de desenvolvimento da América, da África e da Ásia, a educação permanente é fomentada e coordenada por Ministérios ou Secretarias de Estado próprias ou, pelo menos, por institutos, comissões ou conselhos autónomos.

Ignorou também que em seminário organizado pela extinta Direcção-Geral em Outubro passado, no qual estiveram presentes especialistas ingleses, suecos e portugueses, se concluiu que deveria ser criada em Portugal uma entidade exclusivamente dedicada à educação permanente.

Na vastíssima documentação do Conselho da Europa e da UNESCO relativa à educação e à cultura não se defende a junção de actividades juvenis com a educação permanente. As outras organizações que se debruçam sobre estas matérias nunca deram à luz textos onde científicamente se fundamente, ainda que em bases predominantemente ideológicas, qualquer solução semelhante a este *melting pot* partido por um Ministério que nos últimos tempos aliás, como temos visto, já havia dado maiores preocupações aos Portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se é verdade que a educação é um processo contínuo, os termos desse processo não são os mesmos para os jovens e para os adultos. Para estes acabou já o ensino — repito que a educação permanente não é considerada, em geral, ensino em parte alguma do Mundo. Além disso, sem falar já da diferente maturidade biológica e psíquica, a educação permanente é um elemento para resolução dos problemas da sociedade, e dos indivíduos integrados na sociedade, nomeadamente pela elevação do nível e capacidade de respostas globais, e caracteriza-se por assentar na vontade e liberdade do próprio adulto e, atenção, pela contribuição que ele próprio já traz, para o processo, tendo em consideração a experiência e a visão crítica da vida profissional e social que entretanto adquiriu.

Por isso se afirma, com razão, numa publicação da UNESCO que «os programas instituídos para os adultos não podem funcionar eficazmente e atingir os seus objectivos se os responsáveis pelas actividades não tiverem recebido a formação psicológica, socio-lógica, técnica e pedagógica correspondente às motivações próprias dos adultos, às suas capacidades de assimilação e às exigências do seu estádio de desenvolvimento».

Sustentamos, portanto, que deverá haver duas direcções-gerais, uma de apoio às actividades juvenis e outra de educação permanente, com estes ou outros nomes, devendo ser em parte financiadas por dois fundos de apoio independentes.

Não se alegue que a Direcção-Geral da Educação Permanente funcionou por vezes pouco ou mal. Criada em 27 de Setembro de 1971, nunca foi, julgo que caso raro ou se não único no Ministério da Educação, dotada de lei orgânica, sem a qual dificilmente teria operacionalidade e coerência nas suas actividades. Sofreu as conhecidas e quase gerais vicissitudes provocadas pelo assalto ao aparelho de Estado — e não só, como então se dizia — por parte dos amantes do poder totalitário e sem partilha, conformados com o apoio de uma burocracia mais ou menos parasitária, mas que gosta sempre do dirigismo e do doce remanso das sinecuras e da irresponsabilidade política — tudo em nome dos trabalhadores, claro está.

#### Risos do PCP.

Depois esteve fechada, constava que em reestruturação. Em Janeiro de 1977 uma equipa *ad hoc* apresentou um projecto de lei orgânica que teria, ao que dizem, recebido o apoio verbal do ministro Sotomayor Cardia. Depois, desde Janeiro, houve o longo silêncio, e a surpresa súbita, em Novembro, deste original diploma...

Que mais dizer sobre ele? Pois que abre quase de certo as portas à morte da educação permanente, que, além de ser errado utilizar os mesmos processos e métodos, é erradíssimo juntar na mesma estrutura realidades tão diferentes que uma sobrepor-se-á inevitavelmente à outra que aliás, o caminho da facilidade, natural nas obras humanas, levará a que se teme mostrar trabalho com as actividades que preencham as necessidades que também são reais, não o nego, mais imediatas — logo mais visíveis. E o caso, sem dúvida, das actividades para jovens,

em especial as paraescolares, o aproveitamento de férias, a realização de cursos, estágios, intercâmbios. Todas elas são muito importantes, note-se — e pena tenho eu que a limitação do tempo não me deixe analisar agora a também magna questão da política de apoio à juventude e das estruturas que a têm suportado e devenham suportá-la. Outros deputados social-democratas se lhe referirão.

Mas o que importa é garantir que, quer esta quer a política de educação permanente, possam ser lançadas e executadas ambas. Há que fornecer aos Portugueses instrumentos educativos, culturais, mentais, para acompanhar a evolução de uma sociedade em mutação profunda.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Não basta sequer a alfabetização, muito necessária, mas que é uma pequena parte. Nem sequer a própria educação recorrente, que neste diploma aparece confundida com a educação permanente, chega. Esta é parte apenas da educação permanente; mas está longe de a preencher, pois consiste basicamente no «refrescamento» e actualização de conhecimentos. Ela, sim, a educação permanente, pode ser baseada em cursos, embora com perspectiva diversa dos existentes no sistema de ensino como já largamente referi. A educação permanente é outra coisa muito mais ampla e muito mais vasta: é o adulto tornado sujeito da sua própria educação, que se educa de algum modo a si próprio ao longo da vida, que aprende a ser para realizar, em solidariedade e com os seus contemporâneos, o seu próprio ser e o ser dos outros.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Todas as actividades que lhe fornecem instrumentos para isso, incluindo tudo o que leve à elevação do nível de cultura geral, ainda que sem resultados visíveis e espectaculares, são a base da educação permanente.

Ela é, pois, uma tarefa sempre incompleta, com uma forte perspectiva, que, a meu ver, deve ser mesmo dominante de longo prazo, cujos resultados não podem ser mediados por quantificação, pese embora aos que gostam de meter números em toda a parte. Ela está «a cavalo» (passe a expressão) da educação e da cultura e sobrepõe-se a várias fronteiras porque ocupa ou tem incidências em quase todos os domínios da vida do homem do século XX.

O Sr. Olívio França (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não pode ser só o prolongamento do sistema educativo, como poderá ser-lhe a educação recorrente. Não pode ser só «alfabetização e promoção cultural», como resulta do diploma em causa, nomeadamente do artigo 7.º É, como ficou dito, tudo isto e muito mais do que isto.

O Sr. Manuel Gusmão (PCP): — Ena, pá!

O Orador: — Deixem-me citar da conhecida obra colectiva *Aprender a Ser*, publicada já em 1972 pela UNESCO, o seguinte: «Todo o indivíduo deve ter a

possibilidade de aprender durante a vida inteira. A ideia de educação permanente é a pedra angular da cidade educativa. O conceito de educação permanente estende-se a todos os aspectos do acto educativo, engloba-os todos e o todo, apesar disso, é maior ainda do que a soma das partes. Não se pode identificar na educação permanente uma parte distinta do resto, que o não seria. Dizendo de outro modo, a educação permanente não é nem um sistema, nem sequer um domínio educativo, mas o princípio onde se baseia a organização global de um sistema e, por conseguinte, a elaboração de cada uma das suas partes.»

E recomendava esta obra célebre: «Propomos a educação permanente como ideia mestra dos políticos educativos para os anos vindouros. Isto tanto para os países desenvolvidos como para os países em vias de desenvolvimento.

Certamente esta ideia diferirá nas suas aplicações. Dentro do espírito deste parecer, diremos mesmo que poderia receber tantas aplicações diferentes quantos países há no Mundo.» E até, quem sabe, perdãoem-me o aparte, quantas as regiões diferenciais existentes dentro de cada país. «Bem entendido que a sua estação inicial e o seu progresso não serão os mesmos em todos os países, mas estamos convencidos de que por toda a parte, em todos os países do Mundo, e mesmo onde não se tomou ainda consciência disso, que a questão da educação permanente, da volta a dar e dos caminhos a seguir para a conseguir, constitui de momento o problema decisivo», repito, «constitui de momento o problema decisivo».

Muitos outros aspectos haveria a considerar, mas os Deputados do PSD que ainda usavam da palavra neste debate, fá-lo-ão. Muitas críticas de pormenor haveria também que fazer, que ficarão para o debate na especialidade. Algumas só passo a referir sumariamente: por vezes o diploma, como disse, confunde educação permanente com suprimento da falta de escolarização.

Nos termos do artigo 1.º, parece ser objectivo da educação permanente completar, mesmo em relação aos adultos, «a acção do sistema educativo institucional», o que não é certo, como já disse, por incompleto.

É de louvar, mais adiante, que o Estado se propõe estimular e apoiar as iniciativas públicas e privadas no âmbito da promoção cultural. Evidentemente que nem a educação recorrente nem, muito menos, a educação permanente, podem competir só ao Estado. Aliás, seria materialmente impossível, além de totalmente indesejável. Mas, como vai ser realizado esse apoio, até onde irá, quais os meios destinados? Eis questões que ficam em aberto.

Outra questão: qual vai ser o destino dos trabalhadores do FAOJ e das casas de cultura de juventude existentes nas sedes dos distritos? Têm ou terão esses trabalhadores salvaguardados os direitos adquiridos?

Mais outra questão ainda: não haverá perigo de esta estrutura mista levar à utilização de jovens em tempos livres para «fazer educação permanente» de adultos, o que, como vimos, perante este conceito de educação permanente, seria uma aberração, aliás condenada ao fracasso, como as chamadas campan-

nhas de dinamização, dita cultural, que existiram entre nós?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos, em conclusão, apresentar não muito numerosas modificações a este diploma, que, evidentemente, não podemos aprovar tal como está, no sentido de separar em duas esta Direcção-Geral oriada e o Fundo que a apoia e de definir apenas neste diploma, os objectivos de cada uma. As respectivas leis orgânicas separadas deverão, eventualmente por decreto-lei, completar este diploma assim proposto. Não se perturbe, pois, um Sr. Deputado que me pareceu na última sessão, a propósito de outra matéria, julgar as alterações a metro, pelo número de artigos apresentados à emenda ou das propostas de aditamento. Julgo que neste momento, e em muitos outros, evidentemente, nós, Deputados, não somos tecnocratas da legislação. Proponho-vos que discutamos, em plenário, na generalidade e depois, na especialidade, na comissão, no cerne, esta questão fundamental da educação permanente, a necessidade da sua distinção não só da educação recorrente como do apoio às actividades juvenis e da indispensabilidade dela para resolver a situação em que o nosso país se encontra.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Foi o que fizemos há poucos dias a propósito do Ano Propedéutico, ao mudar-lhe fundamentalmente a essência, propondo que até nesse caso, não neste, e mantendo o mesmo nome para já, deixasse de ter como objectivo quase só a selecção e passasse a ser um verdadeiro terminal do ensino secundário, efectivamente preparatório do ensino superior.

Portanto, não venha desta vez ninguém chamar irresponsáveis e demagogos aos sociais-democratas...

Risos do PCP.

O Sr. Agostinho do Vale (PCP): — Desta vez?!

O Orador: — ...pois aquilo que nos interessa é discutir e alterar as questões fundamentais. O que seria demagogia ou irresponsabilidade era fazer como se fez no Programa do Governo, onde a p. 57 se diz, a propósito das medidas a tomar na política educativa: «Elaboração de um plano de educação permanente que atenda às necessidades de preparação cultural e profissional dos trabalhadores, mediante utilização concertada dos recursos escolares e culturais dos meios de ensino à distância e das estruturas de formação profissional. Preparação de alfabetizadores tecnicamente apetrechados para em colaboração com associações e organizações particulares ou oficiais trabalharem seriamente na erradicação do analfabetismo.»

E depois? Passados já mais de dezasseis meses, nada se fez nesta matéria de tamanha importância para a vida dos Portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terminados os ciclos imperiais, o ouro, o diamante, o açúcar, o café, os minérios, não tendo Portugal matérias-primas que o façam pesar num único mercado mundial, o futuro do seu povo, a nosso ver, depende unicamente do seu nível educacional e cultural, da sua capacidade

científica e tecnológica que lhe permita inovar e transformar as matérias-primas, exportando no fundo, como alguns outros pequenos países europeus, a produção intelectual que o seu nível cultural lhes permite.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Cunha Simões (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Só assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entraremos seguros na Comunidade Europeia; só assim deixaremos de ser meros exportadores de mão-de-obra não qualificada e evitaremos viver, por enquanto, de créditos constantes e até, um dia, quem sabe, de esmolas... Só assim, para concuir, será definitivamente resolvida a crise económica, só assim será salvaguardada a verdadeira independência nacional, na interdependência com os povos da comunidade a que vamos pertencer, na descoberta de um melhor futuro para a humanidade.

*Aplausos do PSD e do Sr. Deputado Cunha Simões (CDS).*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio para pedir esclarecimentos.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Deputado Pedro Roseta, perante tão judiciosas considerações que aqui foram tecidas por si, baseadas numa vasta literatura que teve o cuidado e a gentileza de fornecer a esta Assembleia, não me contento que não lhe faça uma pequena pergunta. Gostaria de saber se o Sr. Deputado animado, de certa maneira, por todo este seu entusiasmo pe'a educação permanente e pela introdução desse conceito em todo o sistema educativo de ensino do País, não se perdeu pelo meio e teve em consideração a sociedade em que quer aplicar esses mesmos conceitos, isto é, se, devendas entusiasmado com todo esse seu interesse e ideal, não está a imaginar uma sociedade fora deste mundo e desta história? Porque se o Sr. Deputado tiver a bondade de descer a este país concreto, o nosso país, eu pergunto-lhe para quem é que defende a educação permanente.

Desculpe lembrar-lhe apenas algumas coisas. Nós temos, sob o ponto de vista cultural e educativo, uma sociedade dualista — os que sabem ler e os que não sabem. O Sr. Deputado esquece-se das nossas percentagens de analfabetos, que são mais de 25%? Esquece-se também que acima disso ainda temos mais de 50% de mão-de-obra activa que tem a 4.<sup>a</sup> classe ou que nem sequer a tem? E eu pergunto, Sr. Deputado, para que tipo de cidadãos portugueses é que o Sr. Deputado está a defender essa educação permanente? Todo esse conceito de se ser realmente capaz de acompanhar a evolução do Mundo, de se situar, de se realizar, de ser pessoa...

É que na sua exposição, Sr. Deputado, apenas conclui que está realmente a tentar defender qualquer coisa, que não sei muito bem o que é, mas que se aplicará possivelmente só e exclusivamente àqueles que já sabem ler e têm um nível escolar suficientemente elevado e, muito provavelmente,

aos jovens, o que, evidentemente, me pareceu ser o seu interesse principal.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Queira responder, Sr. Deputado Pedro Roseta. Teve apenas uma única interlocutora.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — O que, aliás, agradeço à Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio, bem como as suas referências introdutórias e elogiosas...

**O Sr. Jorge Leite (PCP):** — Pois! Pois!

**O Orador:** — ...mas não foi um favor apresentar elementos para que esta Câmara se possa debruçar, quer em plenário quer na comissão respectiva, sobre esta questão tão grave e tão importante da educação permanente.

Faz-me apenas uma pergunta, que não é tão pequena como isso, sobre se considero a sociedade em que quero aplicar aquilo que disse, se eu não estaria fora deste mundo, se — agora acrescento eu — não estaria ao menos fora deste País. Eu comecei por citar a Constituição e recordo o que se disse na Assembleia Constituinte — a Sr.<sup>a</sup> Deputada não estava cá nessa altura — sobre educação permanente e não me parece que os constituintes e que a Constituição, ao pôr a tônica também na educação permanente, estivessem a pensar no mundo do futuro. Ou a Constituição, no entender da Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem disposições que se aplicam apenas ao mundo dos anjos?

**O Sr. Benjamim Leitão (PS):** — Dos anjinhos!

**O Orador:** — Eu defendo a educação permanente — para além daquilo que diz a Constituição e porque a Declaração Universal dos Direitos do Homem também o diz — para todos. E se esteve com atenção, deve ter ouvido a minha citação da obra, que certamente conhece, tão conhecida ela é, *Aprender a Ser*, publicada por uma série de autores sob a égide da UNESCO. Foi assim que eu disse, é assim que a UNESCO diz, e o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada parece ignorar é que a educação permanente é para todos os estádios de desenvolvimento, até para os países mais subdesenvolvidos...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ...e que a educação permanente engloba várias realidades que vão desde a alfabetização para os 25% de analfabetos que a Sr.<sup>a</sup> Deputada citou até à educação permanente adequada aos 50% que só têm a 4.<sup>a</sup> classe e até à restante educação permanente para os outros 25% que têm algo mais do que a 4.<sup>a</sup> classe.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, em todas as sociedades é possível a educação permanente. E não é, como me parece resultar da sua pergunta, tornando a educação permanente subjacente a outras

realidades, que, como eu disse claramente e vai resultar das nossas intervenções, também são muito importantes, tais como as actividades juvenis, o aproveitamento dos tempos livres, a própria educação recorrente, a reciclagem dos conhecimentos, etc. Mas não é misturando a com essas realidades que são diferentes que se fará a educação permanente. O que nós, PSD, tememos é que isto seja a porta para que essas actividades, mais urgentes, mais visíveis, mais espectaculares, tomem todo o tempo da nova estrutura, ainda por cima com um número reduzido de funcionários, e que ao tomarem todo o tempo dessa nova estrutura, efectivamente liquidem a educação permanente que a Constituição prevê e que nós acreditamos que é vital para que não aconteça aquilo que eu, infelizmente, por vezes receio para o povo português. Não acontecerá. Seremos capazes, a começar pela Sr.<sup>a</sup> Deputada e pelo seu partido, de nos entermos sobre esta matéria aqui ou na discussão na especialidade em comissão e de chegarmos à conclusão — com algumas diferenças, evidentemente —, a que eu cheguei há pouco, de que para nós, país sem matérias-primas, para nós, na situação em que nos encontramos, a solução está não na exportação de tecnologia, que não temos — pode ser que um dia tenhamos a ter —, mas, sim, na elevação do nível educacional e cultural do povo ...

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... na dotação da investigação científica e tecnológica, nomeadamente a investigação aplicada e o chamado desenvolvimento, para que os Portugueses possam dar alguma contribuição real — que os faça também viver, porque ninguém vive de contribuições abstractas — para o progresso da humanidade e não se deixarem afundar numa dependência tecnológica, porque depois não há chavões nem slogans de independência nacional que venham suprir aquilo que nós não fizermos já.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (POP): — Sr. Presidente, srs. Deputados:

O Estado promoverá a democratização da educação e as condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista.

Isto diz o ponto 2 do artigo 73.<sup>º</sup> da Constituição da República. Constituição essa que no artigo 74.<sup>º</sup>, alínea e), diz expressamente:

O Estado é incumbido de garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo.

Terá sido guiado por estes preceitos que o MEIC fez este decreto, hoje chamado a ratificação?

Efectivamente, a primeira questão que este decreto

nos levanta é a de que se torna claro que a equipa que durante os últimos dezasseis meses esteve no Ministério não fez nada, desfez mesmo o que já se tinha feito nos domínios da alfabetização e da educação permanente, não por incapacidade, o que já era grave, mas por deliberada opção política. O MEIC optou pelo obscurantismo, ao invés da Constituição.

Efectivamente, quando se lê o decreto e se começa pelo preâmbulo, o leitor entusiasma-se. Enfim, vamos ter finalmente alfabetização e educação permanente. Mas depois, quando se lê o resto, a dúvida surge: corresponderá o preâmbulo ao decreto, ou haverá uma lamentável gralha ou um equívoco.

Vejamos:

Diz-se no preâmbulo: «Institui-se pela primeira vez, um serviço específico de alfabetização.» Procurámos atentamente tal serviço ao longo do articulado. Estará na alínea e) do antigo 7.<sup>º</sup>? Noutro local não vemos que efectivamente possa estar. E como é que se cria esse tal serviço sem quadros?

Não, Srs. Deputados, o Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 478/77 visa, entre outros objectivos, atrofiar numa amálgama obscura a educação permanente, o analfabetismo, com o apoio aos organismos juvenis e essa estranha coisa que é um fundo que serve para tudo. Tudo isto metido, pura e simplesmente, numa direcção-geral que, no fundo, não é uma direcção-geral mas sim um fundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O analfabetismo é uma das heranças mais graves que o regime fascista nos deixou. São mais de dois milhões de portugueses que não sabem ler nem escrever, que não podem deixar de chamar à responsabilidade um Ministro que, tendo estado no Ministério mais de dezasseis meses, nada fez neste campo, liquidou mesmo o que se estava a fazer e terminou o seu mandato com um decreto em que o Estado se demite de cumprir o preceito que a Constituição lhe incumbe, o de eliminar o analfabetismo, remetendo-se para uma posição de praticamente mero apoio, e cito, «às acções de alfabetização» que possam eventualmente surgir. E nem todas certamente.

No entanto, dezasseis meses ou pouco mais foi suficiente em alguns países, em experiências bem conhecidas e comprovadas, para a erradicação do analfabetismo.

Efectivamente, o Partido Comunista Português considera que a eliminação do analfabetismo é uma questão prioritária, não só visando a democratização da educação e da cultura mas a própria democratização da sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o segundo grande equívoco que este decreto-lei gera é que ele não cria, efectivamente, uma direcção-geral integrando um fundo, mas um fundo integrando uma direcção-geral. Veja-se o artigo 16 n.<sup>º</sup> 6.

E cria um fundo que permite ao MEIC a mais completa e descabelada arbitrariedade e discricionariedade. Um fundo que está arquitectado com o objectivo claro de permitir que o Ministro financie o que quiser, tenha um fundo que sem controlo de ninguém lhe permita fazer o que muito bem entender com dinheiro que ninguém controla. O Ministro da Educação ficava, se este decreto fosse ratificado, com possibilidades de financiar o que quisesse e não finan-

clar quem não quisesse. Este decreto permite o mais completo arbitrio.

Assim, não será estranho que este fundo, nos seus órgãos administrativos, não tenha um representante do Tribunal de Contas? Não será estranho que se tenha eliminado um órgão que existia no antigo FAOJ, o conselho geral, e que a gestão do fundo seja feita pura e simplesmente por um conselho administrativo completa e integralmente nomeado pelo Ministro?

Não será estranho que o fundo não tenha plano anual previsto, nem aprovação desse plano por ninguém, que tenha única e exclusivamente um orçamento anual, orçamento esse aprovado pelo mesmo Ministro?

Não será estranho que o decreto-lei em causa seja omisso no que respeita às contas do fundo e ao controlo dessas contas?

Não será estranho que este decreto-lei não contenha nenhuma norma garantindo o princípio da igualdade?

Muitas e muitas mais interrogações poderíamos pôr. Todas com uma tónica comum — o arbitrio. Na realidade, o MEIC procura com este decreto-lei criar um fundo que lhe permita fugir à liquidez e à transparência do Orçamento Geral do Estado, um fundo que lhe permita fugir à transparência do controlo democrático do aparelho do Estado.

Que interesses moveram o autor deste decreto? É legítima a pergunta e pode pôr-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O arbitrio, que não tem limites, neste decreto-lei vai ao ponto de se falar no artigo 12.º, n.º 1, que, referindo-se às competências da Direcção-Geral de Extensão Educativa, na alínea g), diz: «Apoiar financeiramente associações de educação popular devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação e Investigação Científica», e, na alínea i), «conceder às associações de educação popular ou entidades reconhecidas pelo MEIC, etc.» Isto é espantoso, Srs. Deputados, e eu repito: «Associações reconhecidas pelo MEIC.»

Ter-se-á esquecido o autor do decreto-lei que se deu o 25 de Abril? É que antes do 25 de Abril as associações careciam efectivamente de prévio reconhecimento pelo MEIC e até de inscrição no Ministério para poderem obter qualquer subsídio do então chamado Secretariado para a Juventude e Desportos. Mas isso acabou. A Constituição garante a liberdade de associação, e o MEIC não tem nada, nem pode reconhecer-las ou negar-lhes o seu reconhecimento.

Estas alíneas são claramente inconstitucionais e constituem uma afronta à liberdade de associação.

E se não existisse a Constituição, nem a lei das associações, que critérios seguiria o MEIC para reconhecer ou não uma associação? O decreto-lei não o diz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O decreto-lei em apreço prevê no que respeita aos órgãos de gestão do fundo, e que já salientei, um conselho administrativo e uma Repartição de Património e Finanças. Veja-se o artigo 14.º, que define a constituição do conselho administrativo.

Posteriormente, no artigo 29.º, n.º 1, alínea a), diz-se que o director-geral é também nomeado pelo MEIC; na alínea b), que o subdirector-geral é igualmente nomeado pelo MEIC e, na alínea e), que o

tesoureiro para a tal Repartição de Património e Finanças é também nomeado pelo MEIC.

Para além das questões que já colocámos, não será estranho que se tenha posto de lado, ao contrário do que acontecia como para o FAOJ a participação de representantes dos interessados?

Como é que uma associação, um movimento, ou uma qualquer entidade a quem seja negado um subsídio pode ter garantias de que a uma outra, em igualdade de circunstâncias, esse mesmo subsídio não tenha sido concedido?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este decreto-lei tem ainda um outro objectivo: pôr na rua 69 trabalhadores que há cerca de três anos trabalham no FAOJ e na Direcção-Geral de Educação Permanente.

Não satisfeito com o seneamento que este Ministro começou por fazer nestes serviços que assumiu nítidos e claros contornos de perseguição política e que no caso da Direcção-Geral de Educação Permanente levou à liquidação desta Direcção-Geral, agora, com este decreto-lei visa-se pôr na rua, despedir, mais 69 trabalhadores. E esses trabalhadores ainda só não estão na rua porque entretanto o Governo caiu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muitos outros aspectos concretos, muitas outras interrogações teríamos a colocar sobre este decreto-lei.

Onde está o apoio aos emigrantes no que respeita às suas iniciativas de cultura ou recreio, às acções promovidas pelas suas associações no campo da difusão de cultura portuguesa? Será que se arruma a questão na alínea f) do artigo 9.º, quando se diz: «Assegurar aos diversos sectores da Direcção-Geral a coordenação no domínio do apoio às comunidades de emigrantes portugueses?» Mas apoio a quê, se não surge na competência de nenhum órgão esse mesmo apoio? Coordenar-se o quê?

E quanto às associações de estudantes e aos seus organismos autónomos, onde está o apoio a essas estruturas?

O autor do decreto-lei poderá responder que os engloba nas associações juvenis, para tanto, no artigo 12.º, n.º 1 alínea c).

Mas as associações de estudantes, que têm um peso tão importante no movimento estudantil e uma tradição tão rica no campo da cultura e recreio dos estudantes, não mereceriam um tratamento específico que desse garantias de que o MEIC reconhecia toda essa valorosa actividade e se dispunha a apoiá-la como é sua obrigação?

As associações de estudantes e seus organismos autónomos num Estado democrático como é o nosso e salvaguardando a sua completa autonomia, deveriam, da parte do Ministério da Educação, encontrar o apoio que tantas vezes limita as suas actividades. Mas a verdade é que as associações que lutaram contra o fascismo e tiveram um papel importante na difusão da verdadeira cultura popular, pelo que foram, aliás, por isso mesmo, alvo das mais vivas e brutais medidas repressivas, não encontram neste decreto-lei o reconhecimento dessa luta e dessa acção.

Nós não queríamos salientar nenhuma, sob pena de cometermos flagrantes injustiças. No entanto, não deixaremos de focar o significado e a importância de organismos como os orfeões académicos, do GEFAC do CITAC e de outros grupos de teatro e muitos, muitos outros, que aqui poderíamos citar.

Numa amalgama em que se mistura a política concreta de apoio às realizações de associações juvenis com as outras, a alfabetização e a educação permanente faz-se tudo, reduz-se tudo a quase nada.

Neste caso, reduz-se tudo a um fundo, a um fundo sem nenhuma garantias, bem pelo contrário, de que não seja discricionário e arbitrário.

Não será com o voto do Partido Comunista que tal política será consagrada.

No entanto, para o caso de haver quem a queira consagrar, nós apresentamos algumas dezenas de propostas de alteração que têm como objectivos centrais impedir a arbitrariedade e a discricionariedade.

Daí que a nossa primeira proposta seja exactamente para a transformação deste fundo em instituto, no sentido de lhe ser dada autonomia administrativa, mas não financeira, para que possa ser exercido o controlo democrático do aparelho de Estado.

Também, desde já, queríamos salientar que faremos uma proposta de alteração no sentido de que sejam garantidos os postos de trabalho a todos os actuais trabalhadores abrangidos por este decreto-lei.

Fazemos ainda outras propostas de alteração que seria moroso enunciar agora.

Não queríamos, no entanto, terminar sem referir que este decreto-lei se insere claramente numa política em que a alfabetização e a educação permanente foram encaradas como um perigo e numa política em que a arbitrariedade e a discriminação foram a tónica.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Margarida de Carvalho, para pedir esclarecimentos.

A Sr.<sup>a</sup> Margarida de Carvalho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi com atenção a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, que a determinada altura afirma que o MEIC desfez o que já tinha sido feito no campo da alfabetização, para, mais adiante, perguntar como é que esse diploma cria um serviço sem quadros técnicos.

Ora, eu gostaria de perguntar à Sr. Deputada Zita Seabra se nessa experiência de alfabetização que defende foram realmente preparados e de que modo os quadros alfabetizadores?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para responder, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada mistura duas coisas que são completamente diferentes.

Em primeiro lugar, eu afirmo que efectivamente este decreto-lei não visa resolver o problema do analfabetismo, mas criar um fundo através do qual possam ser apoiadas eventuais iniciativas nesse campo, e que para isso este decreto-lei nem sequer prevê quadros, senão, Sr.<sup>a</sup> Deputada, veja que no artigo 7.<sup>º</sup>, alínea b), quanto à competência da Direcção de Serviços de Alfabetização e Promoção Cultural, se diz: «Formar, recorrendo a meios adequados, os indivíduos e grupos incumbidos da promoção cultural e da alfabetização, nomeadamente animadores, monitores e outro pessoal técnico», e, mais à frente, no artigo 36.<sup>º</sup>: «A admissão de pessoal em regime de pres-

tação de serviço prevista no número anterior só é permitida após dois anos, contados a partir da entrada em vigor deste decreto-lei.»

Sendo assim, será que os quadros com que o Ministério da Educação, na altura em que fez este decreto-lei, estava a pensar resolver o problema do analfabetismo serão os quadros que o mesmo Ministério vai recrutar daqui a dois anos? Esta é uma interrogação legítima que salta à vista de quem lê o decreto-lei.

Mas quando eu digo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada mistura duas questões, refiro-me à resolução do problema da alfabetização do País e dos tais 30 % de analfabetos — e não sei como é que na referência que há pouco alguns Deputados fizeram reduziram este valor para 25 %, pois penso que os últimos dados existentes estão mais próximos dos 30 % que dos 25 % —, que têm de passar por duas ordens de questões. Por um lado, compete ao Estado, pela própria Constituição, resolver e liquidar o analfabetismo. E essa incumbência não lhe pode ser retirada de nenhuma maneira; pelo contrário, é ao Governo que ela compete, e esperamos que o próximo governo faça um pouco mais do que este, que nada fez, pois não houve ninguém alfabetizado pela sua acção, apesar de ter tido dezasseis meses de actividade. Como afirmei na minha intervenção e em outras ocasiões, não houve ninguém alfabetizado neste país ao longo destes dezasseis meses por acção das estruturas governamentais.

Ora, nós pensamos que o Estado tem de ter um plano nacional de alfabetização, tem de tomar a seu cargo a erradicação desses 30 % de analfabetos, e quanto mais tempo se perder pior é, pois serão anos que se perdem, e não podemos deixar de lamentar profundamente que já se tenha perdido, até aqui, desde 25 de Abril, tanto tempo.

Mas também pensamos que a alfabetização, como aliás sucedeu em todos os outros países que tiveram problemas semelhantes ao nosso, deve partir e deve ser apoiada pelo Estado nas iniciativas populares que forem tomadas no sentido de contribuir para o fim desse grave problema, quer se trate de iniciativas estudantis — não sei se eram essas que estavam na intenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada referir quando me fez a pergunta — quer iniciativas em todos os outros campos, que têm sido muitas e positivas, no sentido de minimizar o problema, e que têm passado pelas autarquias locais, pelas comissões de moradores, por todas as estruturas de poder local, que têm passado, no fundo, por uma grande iniciativa popular no sentido de vencer um dos problemas mais graves que o povo português tem e que é esse mesmo. Portanto, essas iniciativas também devem ser apoiadas e incrementadas pelo próprio Estado.

A Sr.<sup>a</sup> Margarida de Carvalho (PS): — Dá-me licença que a interrompa, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Oradora: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Margarida de Carvalho (PS): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, é que realmente não respondeu à pergunta que lhe fiz, e, para mim, era importante que ela ficasse respondida. A pergunta resume-se em saber se de facto nessa experiência de alfabetização anterior, que

A Sr.<sup>a</sup> Deputada defende, houve uma preparação de quadros para fazer essa alfabetização.

**A Oradora:** — Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não sei a que experiência anterior se está a referir, porque a sua pergunta é vaga.

**A Sr.<sup>a</sup> Margarida de Carvalho (PS):** — A experiência a que me reporto é aquela que a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu na sua intervenção, dizendo que o MEIC desfez o que já tinha sido feito no campo da alfabetização.

**A Oradora:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando refiro isso, refiro-me à Direcção-Geral da Educação Permanente e quando digo que o MEIC desfez o que já tinha sido feito, digo que o MEIC liquidou essa Direcção-Geral, saneando de lá, logo que tomou posse, um largo número de trabalhadores que ali prestavam serviço e que estavam exactamente a dar os primeiros passos no sentido de se criar um serviço público que formasse os tais quadros a que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aludiu. E o MEIC, além de ter saneado essas pessoas que ali estavam e que tinham dado os primeiros passos nesse sentido, não fez nada ao longo destes dezasseis meses no sentido de criar o tais quadros. É isso que acima de tudo nós criticamos, porque o MEIC teve dezasseis meses para poder formar quadros, para poder criar um serviço visando essa formação de quadros, e não fez nada. Pelo contrário: até saneou quem os estava a fazer. É isto, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Agora, se a Sr.<sup>a</sup> Deputada me quer dizer que os governos anteriores já o deviam ter feito, pois eu também estou de acordo consigo. Isso devia ter sido uma questão encarada, e desde logo, a partir do 25 de Abril. Nisso estamos de acordo.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecassis para uma intervenção.

**O Sr. Nuno Abecassis (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS não considera suficiente a fundamentação do presente decreto-lei, que, a seu ver, deveria estar expressa claramente no respectivo preâmbulo. O CDS tem mesmo sérias dúvidas sobre a validade de alguns dos poucos argumentos invocados.

Assim, em primeiro lugar, não é para nós claro que possa existir paralelismo e sobreposição de competências entre um fundo de apoio a organismos juvenis e a uma Direcção-Geral de educação permanente. Não negamos que esse facto se possa verificar, mas afirmamos que tal situação resultará então de uma deficiente visão dos objectivos que se deveria pretender atingir, com uma e outra das organizações, em si próprias tão diferentes.

Em segundo lugar, não vemos que, particularmente no que se refere a um organismo de apoio a uma política de juventude, se possa restringir o seu campo de actuação a uma pura e simples acção complementar do sistema educativo.

Em terceiro lugar, não vemos como se possa resolver, com eficácia, problemas simultaneamente graves, da sociedade portuguesa, tais como a ausência de uma verdadeira política de juventude e o de uma

real extensão cultural e educativa em benefício de todo o povo português, integrando numa mesma direcção-geral o tratamento insuficientemente caracterizado de dois problemas tão diferentes e que, cada um, por si só, implica uma vasta acção coordenadora de actividades a cargo de diferentes organismos públicos ou privados.

Em quarto lugar, o CDS pensa que a artificial mistura destes dois problemas numa mesma direcção-geral não contribuirá para a correcta resolução de nenhum deles, antes pelo contrário, poderá contribuir para a desfocagem de ambos.

Por outro lado, ao CDS afigura-se que o próprio conteúdo deste decreto-lei, para lá das reservas já aírás feitas, não é satisfatório e pode, eventualmente, vir a ser nocivo.

Assim, parece-nos extremamente restritiva a definição de competências da Direcção de Serviços de Actividades Juvenis. Será que, relativamente à juventude, não se põem problemas económicos, problemas de previdência, problemas de habitação ou de trabalho? Será que, para lá dos problemas estritamente educativos, não se põem também todos os problemas de integração da juventude na sociedade nacional?

A propósito, recordamos ser este o único organismo público especificamente dedicado às actividades juvenis.

Nesta linha, cabe também perguntar como será possível atribuir a esta direcção-geral de serviços a missão de apoiar e coordenar cursos e estágios de animação sociocultural. Para quem estes cursos e estágios? Para os jovens? A nós parece-nos uma solução inadequada. É evidente que os jovens devem participar nestas acções, mas como membros de equipas qualificadas e preparadas e nunca em acção exclusiva ou própria. Para eles, essa participação, mais do que conduzir terceiros a uma perfeita integração sociocultural, deve ser um meio suplementar de facilitar a sua própria integração na sociedade.

Não entendemos como não faz parte do elenco de competências desta direcção de serviços a coordenação de actividades de outros departamentos cuja acção tem manifestas coincidências nos problemas de inserção social dos jovens.

A propósito, salientaremos que, a nosso ver, uma das necessidades mais urgentes da sociedade portuguesa é a definição clara e coerente de uma política nacional de juventude.

Quanto à Direcção de Serviços de Alfabetização e Promoção Cultural, cabe perguntar aqui quando se pensará finalmente, neste país, que existem, de facto, espalhados por todo o território, os mais excelentes centros culturais que se pode conceber. Com efeito, quando a maioria das comunidades, mesmo as mais recônditas, estão dotadas de escolas, apetece perguntar o que nos impede de as utilizar como centros de animação cultural, como, felizmente, já vai acontecendo por essa Europa fora.

Porquê deixar a apodrecer as reservas dos nossos museus, em vez de as levar em exposições itinerantes, realizadas nas escolas, aí atraíndo as famílias dos alunos e tornando-as verdadeiramente riquezas da comunidade?

Porquê não abrir instalações desportivas, recreativas e culturais das escolas às famílias dos alunos?

Já se pensou no que isto poderia significar de di-

mização cultural, de mobilização nacional, para vencer as barreiras da ignorância, de incentivo para despertar o apetite cultural indispensável ao arranque de uma sociedade? Já se pensou no que isso significaria no carinho que as escolas passariam a merecer às comunidades, em vez da depravação a que, tantas vezes, estão infelizmente sujeitas?

Ao CDS parece, pois, que, também no domínio das competências desta Direcção de Serviços, se ficou aquém do que seria legítimo esperar e do que se torna necessário fazer se se pretende uma verdadeira extensão educativa e cultural para este país, única forma efectiva e eficaz para vencermos todos os tipos de atrasos a que temos estado sujeitos.

O CDS apresentará, dentro desta linha, as suas propostas de emenda a este decreto-lei.

#### *Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Mata de Cáceres.

O Sr. Mata de Cáceres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desde longa data que o sistema educativo português estava concebido de modo a perpetuar os privilégios e a defender os interesses da classe dominante. Sendo assim, teria que ser, por natureza, um ensino elitista e segregador, onde a capacidade intelectual de cada um era relegada para segundo plano e onde as possibilidades de acesso de muitos jovens a diversos graus de ensino obedeciam, fundamentalmente, ao poder económico dos respectivos agregados familiares. Daí decorria um panorama de injustiça e de desigualdades que causava frustrações em muitos jovens e privava o País dos quadros técnicos e científicos tão necessários ao seu desenvolvimento. Era um sistema exemplarmente infalível na manutenção dos grandes interesses político-económicos nas mãos dos pequenos grupos privilegiados. E todos conhecemos as nefastas consequências de uma tal política educacional, com o rei de oprimidos e alienados que provocou entre nós o subdesenvolvimento para que empurrou a Nação.

Perante tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, impõe-se, e com urgência, uma nova política de educação, não só ao nível do ensino institucional, mas também no campo da recuperação social e cultural de amplas camadas de portugueses que foram marginalizados pelo regime anterior ao 25 de Abril.

Para o efeito, e numa tentativa inconsequente, já o antigo regime, na sua fase de pseudoliberalização marxista, havia criado a Direcção-Geral de Educação Permanente, cujo quadro de pessoal se limitava a dezasseste funcionários. Este simples pormenor é só por si elucidativo do espírito de fachada que presidiu à sua criação, visando mais iludir as instâncias internacionais do que dar resposta cabal às necessidades mais prementes e às aspirações mais justas com que se debatiam largas camadas da população portuguesa. Por isso, pouco mais poderia fazer do que dar seguimento às tão conhecidas campanhas de educação de adultos de Veiga de Macedo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: É hoje uma realidade incontestável que qualquer campanha de alfabetização só atingirá plenamente os seus fins se for enquadrada numa política de animação e promoção cultural de modo a transformar os cidadãos que não

tiverem acesso ao ensino em cidadãos responsáveis e aptos para uma participação no processo de construção de uma nova sociedade, quer ao nível local quer ao nível nacional e internacional. As campanhas da alfabetização justificam-se, mas sempre na perspectiva de uma educação permanente e de uma formação global e harmónica das massas alfabetizadas, evitando que elas se tornem analfabetos funcionais ou legais, unicamente destinadas a melhorar panoramas estatísticos sombrios e desprestigiantes para a política dos governos de que são uma emanção natural. O que se pretende é, com efeito, um desenvolvimento harmonioso da sociedade, contando com a real e efectiva participação de todos os seus membros, e não apenas com aqueles que beneficiaram do acesso ao ensino formal, deixando à margem todos quantos foram olvidados por uma política cultural e educativa classista. Do mesmo modo há que fugir à tentação fácil daqueles que, por motivações ideológicas, e com algum oportunismo, se aproveitaram da degradação socio-cultural das populações para os arregimentarem a novos credos políticos, deixando de novo na condição de explorados e oprimidos os que, propagandisticamente, diziam quer libertar. É uma missão espinhosa, mas relevante. Complexa, mas inadiável, a que nenhum homem de boa vontade e abnúvio dos ideais de progresso e de fraternidade poderá furtar-se.

Há, pois, que inventariar meios, conjugar esforços e coordenar acções para que esta sublime missão de recuperar e libertar da escravidão socioeconómica e da negritude cultural em que vivem tantos homens seja uma realidade total. E isto, citando Jacques Chauchol, sem obrigar os educandos a renegar todos os seus valores e a aceitar todos os valores dos educadores, em nome do «primitivismo» dos primeiros e da «normalidade ou superioridade» dos segundos, «porque se trata de recrutar, por um esforço crítico e de síntese, uma nova cultura capaz de assimilar e de integrar o que é válido nos diferentes valores culturais em presença para uma civilização superior».

É neste contexto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que surge o Decreto-Lei n.º 478/77, criando a Direcção-Geral de Extensão Educativa (DGEE), em substituição do ex-Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) e da ex-Direcção-Geral de Educação Permanente (DGEP), com o objectivo de completar tanto em relação à juventude como em relação aos adultos, a acção do sistema de ensino institucional. O novo órgão agora criado substituirá com vantagem os dois órgãos extintos por várias razões. De entre elas queremos sublinhar aquelas que, em nosso entender, mais claramente justificam a integração do FAOJ e da DGEE num só órgão.

Aos organismos extintos por este decreto-lei estavam cometidas funções em grande parte paralelas e até sobrepostas, reconhecida que será a dificuldade em determinar até que ponto se empreendem acções só para jovens ou se contemplam também os adultos. Acresce-se ainda que através dos dois órgãos independentes se praticava um certo corporativismo etário de todo em todo injustificável e, mesmo esse, de contornos de difícil delimitação.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, existem muitas circunstâncias em que se verifica simultaneidade e interdependência, pois trata-se sempre de uma mesma actividade de extensão e apoio ao sistema de

ensino, que se desenvolve quer ao nível da juventude quer ao nível dos adultos. Daí que se recomende a integração num só órgão para que as funções não percam a eficácia e sejam desenvolvidas numa coordenação muito estreita.

Saliente-se também o relevo que na nova Direcção-Geral é dado aos serviços de alfabetização, tarefa que se não tem podido desenvolver por causas que se pretendem agora ultrapassar. De facto, a DGEP, por motivos estruturais — entre os quais uma inserção desajustada na estrutura do MEIC —, desde a sua criação se tem mostrado inoperante. Quando, em determinadas ocasiões e por motivações ideológicas, saiu da letargia em que tem vivido, as suas actividades desviaram-se das finalidades de aducação e afastaram-se dos objectivos do Ministério.

Por outro lado, a reestruturação que se tem em vista permite uma maior racionalidade no funcionamento do Ministério, concretamente e desde logo pelo aproveitamento da actual rede de delegações e subdelegações regionais do FAOJ no desenvolvimento de actividades de educação permanente. A não ser assim, o desenvolvimento da actividade de alfabetização implicaria a criação de outra estrutura paralela, com todos os inconvenientes inerentes.

Num âmbito mais lato, considera-se que esta medida pode constituir um passo importante no desmantelamento de estruturas autocráticas do anterior regime, mantidas com diferentes motivações até ao I Governo Constitucional. De facto, os jovens já não são apoiados na estrutura circun-escolar, onde reinava o dirigismo e as actividades de cunho paternalista. Presentemente pretende-se uma política de juventude que favoreça e promova o livre associativismo, a participação dos jovens na vida da comunidade em que estão inseridos e onde o dirigismo cedia lugar a um apoio livre e conscientemente solicitado por milhares de jovens, para as suas iniciativas de carácter socio-cultural. Deste modo se favorecerá ainda a tomada de consciência da juventude face à realidade circundante e se desenvolverá a sua reflexão crítica e as suas potencialidades criativas.

Por último, queremos realçar que o presente diploma origina — dado que se utilizam os meios já existentes — um encargo orçamental pouco significativo e que terá a sua contrapartida na realização de actividades até agora por concretizar.

É por todos estes motivos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nos propomos defender a ratificação do Decreto-Lei n.º 478/77.

#### Aplausos do PS

O Sr. Presidente: — Nem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi com bastante interesse e atenção a intervenção do Sr. Deputado Mata de Cáceres. Há, no entanto, algumas questões que gostaria de lhe pôr.

O Sr. Deputado mostrou-se um feroz e vivo defensor das campanhas de alfabetização. Gostava de perguntar ao Sr. Deputado se na sua intervenção estava a defender o preâmbulo do decreto ou o articulado do mesmo, já que no preâmbulo do decreto-lei se pretende criar, como a minha camarada Zita Seabra já disse,

uma expectativa no leitor no sentido de que o problema da alfabetização vai enfim ser resolvido, e quando temos o articulado, vemos que esta direcção-geral vai apoiar alguns esforços no sentido de formar alfabetizadores. Esta a primeira questão que lhe queria colocar.

A segunda questão é a seguinte: o Sr. Deputado não se referiu propriamente à orgânica da direcção-geral que agora é criada. Ora bem, da parte da minha bancada sabe-se muito bem o que é uma direcção-geral: é um serviço público. Também sabemos bem o que é um fundo — um serviço público personalizado, chamemos-lhe assim. Não compreendemos muito bem, contudo, como se vai integrar um fundo dentro de uma direcção-geral, quando afinal quem superintende nessa direcção-geral é o fundo. Se o Sr. Deputado for capaz de me explicar isto, a minha bancada ficará-lhe-a bastante agradecida, pois só por uma questão de austeridade é que se justificaria a indicação dos mesmos órgãos para gerir as duas coisas... É interessante, e gostava que o Sr. Deputado me dissesse também alguma coisa sobre isto: por que motivo é que precisamente as pessoas que gerem esse fundo são todas de nomeação ministerial. Haverá só uma questão de austeridade ou haverá mais alguma coisa aí por detrás?

Passo à terceira e última questão: Como explica o Sr. Deputado que o fundo e o conselho administrativo do fundo não tenham de prestar contas a ninguém sobre as verbas que têm para administrar, a não ser ao Ministro da Educação? Ou seja, o Ministro da Educação nomeia a gerência do fundo e esta presta-lhe contas. Que aconteceu ao antigo conselho geral, previsto nos órgãos directivos do FAOJ?

Outro problema que levanto: esse fundo é dotado de um determinado orçamento que figura no Orçamento Geral do Estado, mas esse orçamento não é atribuído ao fundo com base num plano, pois não existe nada que preveja em que é que esse orçamento atribuído ao fundo vai ser gasto. É capaz de me explicar isto, Sr. Deputado?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Mata de Cáceres, faltam ainda quatro colegas para o interpelarem. Deixa aguardar que esses colegas formularem os seus pedidos de esclarecimento ou quer responder desde já?

O Sr. Mata de Cáceres (PS): — Respondo no final Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem, então a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Pareceu-me depreender das palavras do Sr. Deputado Mata de Cáceres que ele estava efectivamente a ver, e como já disse o meu camarada Jorge Lemos, neste decreto-lei não o articulado em si, mas apenas o preâmbulo, que, como sabe, não tem força de lei. Pergunto ao Sr. Deputado onde é que o decreto-lei descontém a possibilidade de ser criado um serviço que vise a liquidação do analfabetismo, nomeadamente com quem e com que quadros é que esse serviço vai ser criado. É que, olhando para o quadro de pessoal que vem em anexo a este decreto-lei, vê-se que não está nada previsto nesse campo e, como já disse há pouco num pedido de esclarecimento

que me foi feito, a admissão de pessoal para além do quadro só pode ser feita daqui a dois anos. Será que só daqui a dois anos é que vamos ter a formação dos alfabetizadores? Esta a primeira questão.

Outra questão que gostaria de colocar é a seguinte: não percebi muito bem na sua intervenção, e pareceu-me existir até uma certa contradição, quando no início critica as campanhas de alfabetização que já existiram no nosso país, dizendo nomeadamente que elas mantinham a situação de oprimidos dos alfabetizados. Se bem comprehendi, era isto. Ora, eu creio que essas campanhas não visavam retirar aos analfabetos a sua condição de explorados, mas visavam, acima de tudo e antes de mais, o objectivo da sua libertação, isto é, da liquidação da opressão, dando-lhes a capacidade de ler e escrever, indispensável a todos os cidadãos para um bom desenvolvimento da própria sociedade a caminho do socialismo, com é definido — e muito bem — no artigo da Constituição que já referi. Pergunto-lhe, pois, o que pensa, em concreto, das campanhas de alfabetização realizadas pela iniciativa popular das autarquias, dos órgãos do poder local, das associações de estudantes e de outras estruturas populares que, sem o apoio de ninguém e com muitas dificuldades, têm lançado mão a esta tarefa no sentido de, pelo menos, minimizar o gravíssimo problema do analfabetismo no nosso país. Por nosso lado, nós, comunistas, pensamos que todas elas são de incrementar, de apoiar e fomentar, pois visam resolver um problema tão grave como é o do analfabetismo. Isto sem retirarmos ao Estado, como este decreto objectivamente faz, aqui o que a Constituição diz que é claramente dependente do Estado: a erradicação do analfabetismo.

A terceira pergunta é esta: quais são, concretamente, as sobreposições que o Sr. Deputado vê entre uma direcção-geral de educação permanente que vise a erradicação do analfabetismo e um fundo de apoio aos organismos juvenis? Eu creio que, por muito boa vontade que se tenha, dificilmente o Sr. Deputado me poderá apontar, no concreto, acções de sobreposição destes dois campos tão vastos.

A quarta questão é esta: o Sr. Deputado referiu que a Direcção-Geral da Educação Permanente se tinha revelado, acima de tudo, inoperante. Pergunto-lhe como é que o Sr. Deputado queria que ela não fosse inoperante se o Sr. Ministro da Educação começou por sanear praticamente todos os trabalhadores que lá estavam e quase fechou a porta?

Por último, o Sr. Deputado referiu como sendo um benefício deste decreto uma definição de política de juventude — que não vejo onde está — e falou, nomeadamente, no livre associativismo. Pergunto-lhe: o livre associativismo da juventude está no reconhecimento que o Ministério tem que fazer das associações, como é preceituado neste decreto e que nós dissemos que é claramente unconstitutional e contrário à lei das associações? Onde estão os critérios que permitem o financiamento ou o apoio a essas associações de juventude, que não seja aquilo que diz o decreto ao falar em reconhecimento?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, também para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Deputado, vou

fazer algumas perguntas breves, mas com certa importância.

O Sr. Deputado tentou justificar a sobreposição de competências entre duas matérias tão diferente. Evidentemente que, do meu ponto de vista, não o conseguiu, e apenas queria saber se entende que a criação de dois institutos ou comissões independentes, com autonomia, ou, em alternativa, a criação de duas direcções-gerais apoiadas por fundos independentes não seria uma forma de, com uma duplação mínima, resolver dois problemas tão importantes, sem uma mistura daquelas que só pode ter consequências graves para o futuro do país. Gostava de saber também se não o impressionaram os argumentos que aqui aduzi e, aliás, outros Deputados sobre a realidade de todo o Mundo, não só das recomendações do Conselho da Europa, da UNESCO e de outras organizações especializadas e competentes nesta matéria, como da prática de outros países.

Em segundo lugar, deu relevo à alfabetização. Efectivamente, ninguém duvida dessa importância. E eu lamentei mesmo que o Governo tenha passado tanto tempo sem nada fazer neste campo. Consta, como já citei, do artigo 74.º da Constituição que o Estado tem por dever eliminar o analfabetismo, e nisso estamos todos de acordo. O que se lamenta é que o Governo tenha feito tão pouco neste campo. Queria, para além disso, perguntar-lhe claramente se, para si, a educação permanente é ou não mais do que isso?

Uma outra pergunta, aliás ligada com a anterior, é se quando o Governo, sustentado exclusivamente pelo Partido Socialista, há quase ano e meio — já há pouco citei, mas tenho de o fazer novamente —, propôs «a elaboração de um plano de educação permanente que atenda às necessidades de preparação cultural e profissional dos trabalhadores, mediante a utilização correcta dos recursos escolares e culturais, dos meios de ensino à distância e das estruturas de formação profissional», e, mais adiante, «a preparação de alfabetizadores para colaborarem na erradicação do analfabetismo», tinha ideia de que o ia fazer ou não. Pergunto porque passou um ano e meio, o Governo caiu e não o fez. Não há planos de educação permanente. O Governo distingua, e neste caso bem, a educação permanente, de um lado, e, depois, a formação de alfabetizadores.

Parece-me que o Sr. Deputado, e há pouco também a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio, entende que a educação permanente — consignada na Constituição e no próprio Programa do Governo — é qualquer coisa de tão difícil e tão elevado que o povo português não é digno de a ter. Gostava que me esclarecesse também este ponto.

Finalmente, quarta e última pergunta. Estamos, ao que parece, todos de acordo em que há milhões de analfabetos em todo o país — entre 25% e 30% da população. Como explica o Sr. Deputado que haja milhares de professores no desemprego, que não são utilizados, mediante uma reciclagem rápida evidentemente, para a alfabetização e que, assim, se perca a possibilidade de reduzir e até de eliminar — como a Constituição impõe — essa percentagem, que é, efectivamente, terrível?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Matos Gago, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Matos Gago (PCP): — Sr. Deputado, ouvi atentamente a sua intervenção e pareceu-me defender inteiramente o decreto-lei agora em causa.

Queria fazer-lhe apenas duas perguntas:

Em primeiro lugar, como explica o Sr. Deputado as razões por que na alínea e) do artigo 12.º se fala em «apoiar financeiramente a participação de movimentos e associações juvenis em reuniões internacionais, em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros», quando o artigo 3.º, n.º 1, alínea e) do Decreto-Lei n.º 106/76, referia entre as competências do agora extinto FAOJ a seguinte «apoiar a participação de associações e movimentos juvenis em reuniões internacionais, de colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com movimentos de associações que promovam a amizade entre os povos»? Esta é a minha primeira pergunta.

A segunda questão que queria pôr-lhe consiste no seguinte: qual a razão por que na alínea f) do mesmo artigo 12.º se fala em «subsidiar actividades culturais, nomeadamente no campo da música»? Pergunto: por quê a música, e não outras actividades culturais, como o cinema, o bailado, o teatro, etc? Qual a razão de se referir somente à música?

O Sr. Presidente: — Finalmente, e também para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gusmão.

O Sr. Manuel Gusmão (PCP): — Sr. Deputado, já tem muitas perguntas a responder, e farei apenas mais duas.

A primeira pergunta é sobre qual a razão de ser neste decreto-lei de um órgão do tipo de um conselho geral, que um meu camarada já referiu, sendo certo que uma das consequências desse facto é deixar de haver num órgão deste fundo representantes das associações interessadas, das associações que ele vai apoiar?

Segunda questão: como é que o Sr. Deputado encara o destino dos trabalhadores que, à face do decreto-lei, excedem o número indicado nos dois mapas anexos ao decreto-lei?

O Sr. Presidente: — Queira responder, Sr. Deputado Mata de Cáceres. V. Ex.<sup>a</sup> dispunha de quinze minutos, visto que foram cinco os interpellantes, mas pela hora regimental dispõe apenas de doze minutos. Tenha a bondade.

V. Ex.<sup>a</sup> pode, certamente, reservar a palavra para a próxima reunião.

O Sr. Mata de Cáceres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As perguntas são muitas, mas algumas são sobrepostas.

Começarei exactamente pelo problema da sobreposição, com uma pergunta que veio de uma ou duas bancadas. Parece-me que, quanto ao caso concreto que aqui foi apresentado de uma campanha de alfabetização, salvo enro, poderá haver casos em que a sobreposição se não verifique nem exista. O que referi e que há muitos casos onde a sobreposição...

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — Diga um.

O Orador: — Posso dar um exemplo concreto que, sob o meu ponto de vista poderá ser evidente. Quando

se dá apoio a um grupo de jovens, por hipótese para fazer teatro ou cinema ou no campo da música, que estão integrados numa colectividade, é evidente que será difícil demarcar até que ponto estamos só a auxiliar os jovens ou até que ponto, ao empreendermos esse auxílio, não estamos a englobar nesse auxílio jovens que fazem parte dessa mesma comunidade. Ai parece-me que a sobreposição se verifica porque essa colectividade funciona como um todo e será difícil separar rigorosamente e definir até que ponto o auxílio é só para jovens ou passa também a englobar os adultos. Esse é um caso concreto que me parece elucidativo. Evidentemente que há casos em que assim não acontece. Mas neste caso parece-me que não há necessidade, nem vantagem nenhuma, em estar a separar esses apoios e a empreender acções muito diferenciadas, dado que elas vão forçosamente englobar esses dois estratos da população, adultos e jovens, e quanto a nós, bem.

Em relação aos trabalhadores da Direcção-Geral — foi outra pergunta —, parece-me que serão devidamente acautelados os seus interesses, e o facto de só passados dois anos se poderem recrutar novos trabalhadores talvez possa justificar-se na medida em que a prática desses dois anos poderá demonstrar até que ponto são ou não necessários.

Além disso, não quero dizer que o decreto-lei seja uma preciosidade, que não tenha qualquer defeito, que não tenha imperfeições. Nós estamos abertos e sensíveis às suas correcções. Evidentemente que isso resultará do próprio debate e, por nosso lado, estamos permeáveis a sugestões nesse sentido.

Quanto à Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, que me falou noutro problema, que me parece ter compreendido mal ou ter-se sentido indevidamente atingida, quero dizer-lhe que quando critiquei as campanhas de alfabetização foi pela pequenez do seu espírito e da sua amplitude e tive em vista, principalmente, as campanhas de educação de adultos de antes do 25 de Abril. Não vejo a que propósito a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra se melindrou com esse aspecto, porque, de modo algum, a estava a englobar nessa crítica, nem a alguma coisa que lhe dissesse respeito.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — Posso interrompê-lo?

O Orador: — Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — Sr. Deputado, eu não me estava a englobar, mas falava das campanhas de alfabetização lançadas pela iniciativa popular. Era a essas que me estava a referir e não propriamente a mim, pois que, infelizmente, ainda não tive tempo de participar nessa grande acção, mas digo-lhe que gostaria.

O Orador: — Quanto a isso dir-lhe-ei que apoiamos abertamente todas essas iniciativas das autarquias e de outras estruturas populares quaisquer que os empreendam. Merecerão todo esse apoio, sem qualquer burocacia.

O Sr. Deputado Jorge Lemos perguntou-me se eu defendia o preâmbulo do decreto-lei ou se o próprio articulado do decreto. Quero dizer-lhe que o que se encontra neste decreto é propriamente uma estrutura. Há-de haver legislação complementar que pode

definir mais concretamente o que é que o decreto-lei pode ou não fazer. Daí decorre também aquilo que já disse no sentido de que pode ao longo deste debate reconhecer-se que há determinadas deficiências no seu articulado e que, repito, estaremos abertos para proceder a melhorias. Defendo o decreto-lei apoiando-me, naturalmente, na fundamentação do próprio preâmbulo. Evidentemente que o que aqui está é uma estrutura e as acções a empreender virão depois.

O facto de a Direcção-Geral de Educação Permanente ter sido inoperante é evidente. A Direcção-Geral de Educação Permanente foi inoperante antes do 25 de Abril, dado o quadro limitado e insignificante de pessoal com que foi dotado — não podia de modo algum responder a tantas solicitações —, como também depois do 25 de Abril houve alturas em que a inoperância foi uma realidade, até porque houve desvios reais na sua verdadeira missão.

Como tal, procedeu-se agora — pode-se acusar de ter sido um pouco tardivamente, mas, como diz o povo, Roma e Pavia não se fazem num dia — à sua reestruturação e chegou a altura de tomar medidas para que ela passe a ser mais operante e eficaz. Foi o que se fez agora.

O facto de o Sr. Deputado Pedro Roseta dizer que não se fez nada até agora e que há muitos professores no desemprego e há milhões de cidadãos a alfabetizar é uma evidência. Mas este decreto-lei vai precisamente dar resposta a tudo isso. Só não faz sentido é que o Sr. Deputado Pedro Roseta tenha tido o Governo à disposição durante tantos meses e nunca lhe tenha formulado concretamente essa pergunta e venha agora fazê-la a mim, numa altura em que nem sequer há Governo.

Quando o Sr. Deputado Matos Gago me fala no problema da música, dir-lhe-ei que a música até pode estar aí a título exemplificativo, mas com certeza que não se vai apoiar simplesmente a música! Há outras actividades culturais que merecerão o mesmo apoio. Nem poderia ser de outra maneira.

Há ainda o problema do Fundo, que é um problema a que só o Governo poderá dar a resposta, apesar de ser um Governo que neste momento não se pode sentar nesta Câmara para responder. É mais uma limitação a que os Srs. Deputados se têm de sujeitar. E, embora seja sensível a algumas deficiências que possa haver neste campo, parece-me que o Fundo é que permitirá dar respostas a muitos desses problemas, quando, por exemplo, seja preciso apoiar uma dessas actividades. O Fundo é que poderá permitir uma certa autonomia para uma dinamização cultural ou para uma promoção cultural de qualquer espécie. O Fundo é que poderá permitir a realização de todos esses apoios e tarefas.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Deputado, posso interrompé-lo?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Deputado, na minha intervenção e no meu pedido de esclarecimento não pus em causa a possibilidade de o Fundo vir a dar esses apoios, e, quanto a nós, é extremamente positivo que haja um fundo, instituto ou um

organismo que possa apoiar determinado tipo de iniciativas. O que pus em causa foi a estrutura de direcção desse fundo, e perguntei ao Sr. Deputado se concordava com ela ou não.

O Orador: — Tenho de repetir mais uma vez que se chegarmos à conclusão de que o Fundo poderá constituir realmente um órgão que não é controlável, a não ser pelo Governo, será fácil reconhecer a necessidade de introduzir quaisquer mecanismos que permitam esse controlo.

Penso ter respondido a tudo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, no termo da nossa sessão de hoje informo que a ordem de trabalhos para a próxima reunião plenária, que será na próxima terça-feira, é a continuação dos diplomas agendados na ordem de trabalhos de hoje, mais os seguintes: Lei Orgânica do Provedor de Justiça, ratificações n.ºs 28/I e 29/I, e Lei Orgânica do Ministério Público.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas.

Rectificação ao n.º 13 do Diário, 1.ª série:

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República:

Tendo detectado duas gralhas no *Diário da Assembleia da República*, 1.ª série, n.º 13, solicito a V. Ex.ª se digne mandar proceder às respectivas rectificações que passo a indicar:

1 — A p. 380, no quarto parágrafo do relatório sobre a proposta de lei n.º 119/I, onde se lê: «[...] e o abstenção do PCP», deve ler-se: «[...] e a abstenção do PCP».

2 — A p. 380, no terceiro parágrafo da declaração de voto de Luís Cid (PS), onde se lê: «Como actos políticos estruturais, estão dependentes [...]», deve ler-se: «Como actos políticos estruturais, não estão dependentes [...]»

Com os melhores cumprimentos.

Palácio de S. Bento, 5 de Janeiro de 1978. —  
O Deputado do PS, *Luis José Godinho Cid*.

*Deputados que entraram durante a sessão:*

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alfredo Fernando de Carvalho.

António Barros dos Santos.

António Fernando Marques Ribeiro dos Reis.

António Manuel de Oliveira Guterres.

António Riço Calado.

Aquilino Ribeiro Machado.

Armando dos Santos Lopes.

Fernando Luís de Almeida Tonres Marinho.

Florival da Silva Nobre.

Francisco de Almeida Salgado Zenha.

Francisco António Marcos Barracosa.

Jairme José Matos da Gama.

João Francisco Ludovico da Costa.

João Soares Louro.

Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 José Alberto Menano Cardoso do Amaral.  
 José Manuel Medeiros Ferreira.  
 José Maria Parente Mendes Godinho.  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Telmo Ferreira Neto.

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
 António Egidio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Manuel Barata Portugal.  
 Eduardo José Vieira.  
 Francisco Braga Barroso.  
 João António Martelo de Oliveira  
 Joaquim Jorge Magalhães Saraiva da Mota.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Ferreira Júnior.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Manuel Ribeiro Sérvelo Correia.  
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.  
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.  
 Rui Manuel Parente Chancerele de Machete.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Francisco Manuel Farromba Vilela.  
 João Lopes Porto.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Ruy Garcia de Oliveira.  
 Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Domingos Abrantes Ferreira.  
 Joaquim Gomes dos Santos.

José Manuel Maria Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Manuel Gonçalves.

**Independentes**

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.  
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

Albano Pereira da Cunha Pina.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.  
 Francisco Soares Mesquita Machado.  
 João José de Carvalho Taveira Pinto.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
 Vítor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

**Partido Social-Democrata (PSD)**

António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
 Fernando José da Costa.  
 João Vasco Paiva.  
 Jorge de Figueiredo Dias.  
 José Alberto Ribeiro.  
 José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Anitónio Simões Costa.  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
 José Manuel Cabral Fernandes.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Carlos Alfredo de Brito.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.

**Independentes**

António Poppe Lopes Cardoso.  
 Carlos Galvão de Melo.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

**O CHEFE-ADJUNTO DOS SERVIÇOS DE REDAÇÃO,**  
*José Pinto.*

**PREÇO DESTE NÚMERO 18\$00**

---

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA